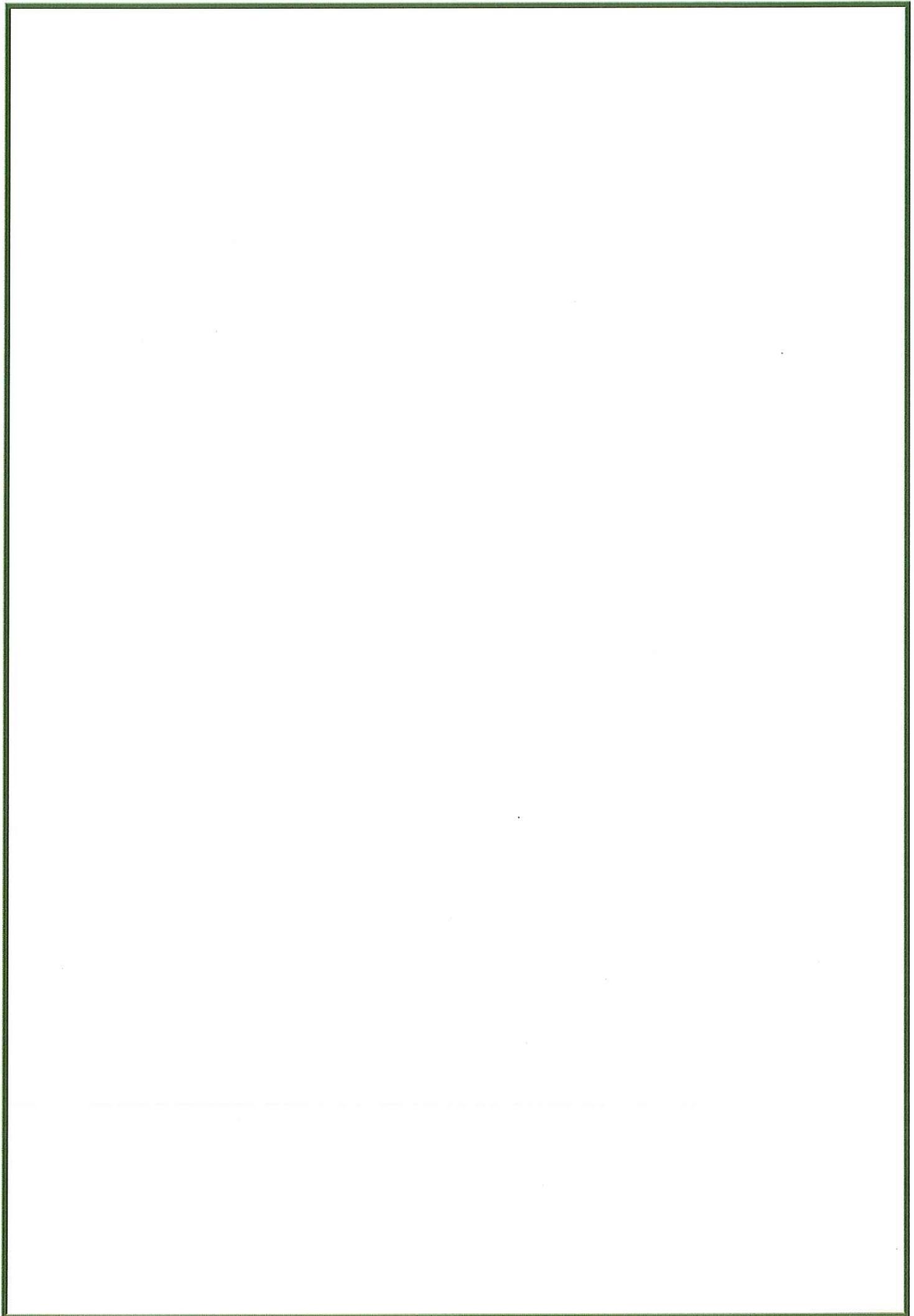


Tavira  Verde

Relatório e Contas 2011





Índice

Órgãos Sociais	1
RELATÓRIO DE GESTÃO	2
1. Enquadramento do ano	3
2. O plano de atividades.....	6
3. Águas de Abastecimento	11
4. Saneamento	13
5. Recolha de RSU	15
6. Jardins	17
7. Limpeza de Praias.....	18
8. Limpeza Urbana	20
9. Sistema Gestão da Qualidade	20
10. Atividades de Educação Ambiental.....	26
11. Recursos Humanos	27
12. Investimento	33
13. Rácios Económicos	34
14. Rácios Financeiros	35
15. Rácios Económico-financeiros	36
16. Rácios de Funcionamento.....	36
Proposta de aplicação de resultados.....	38
Agradecimentos	39
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	40
1. Balanço.....	41
2. Demonstração de resultados.....	42
3. Demonstração das Alterações de Capital Próprio	43
4. Demonstração de Fluxos de Caixa	45
5. Anexo.....	46
1. Identificação da entidade	46
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	46
3. Principais políticas contabilísticas	47
4. Fluxos de Caixa.....	51
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	52
6. Partes Relacionadas	52
7. Ativos Intangíveis	54
8. Ativos Fixos Tangíveis	55
9. Locações	57
10. Custos de empréstimos obtidos	59
11. Inventários	59
12. Rédito	60
13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	61
13.1. Divulgações para cada classe de previsão:	61
14. Subsídios do Governo e apoios do Governo	61
15. Acontecimentos após a data do balanço	62
16. Imposto sobre o rendimento.....	63
17. Instrumentos financeiros	65
18. Divulgações exigidas por diplomas legais	69
19. Outras informações	72



Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente:

José Manuel Madeira Guerreiro

Secretário:

Virgínia Chaves Ramos

Conselho de Administração

Presidente:

Jorge Manuel Nascimento Botelho

Vogais:

António Manuel Dias Chaves Ramos

António Manuel Guerreiro Salgado

Revisor Oficial de Contas

Sociedade:

Isabel Paiva, Miguel Galvão e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Representada por João Miguel Pinto Galvão

Suplente: José Luís Guerreiro Nunes



SP

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Enquadramento do ano

Durante o ano de 2011 manteve-se uma tendência de diminuição dos consumos de água que já ocorreu em 2010. Relativamente a 2010, a diminuição do consumo autorizado foi de 5%. A variação relativamente aos valores orçamentados foi também negativa em 2,6%.

No mês de Março entrou em vigor a atualização do tarifário, já elaborado de acordo com as recomendações da ERSAR. Foi conseguida uma solução equilibrada considerando que os indicadores de acessibilidade de cada um dos serviços, de acordo com a ERSAR, são classificados como BONS, com o valor de 0,35%, 0,33%, e 0,32% respetivamente para o abastecimento da água, saneamento e recolha de rsu (esclarece-se que os indicadores de acessibilidade do serviço são calculados com base numa percentagem do custo de um consumo doméstico médio de sobre o rendimento médio familiar anual no Concelho, classificando-se de 0 a 0,50% é boa, de 0,50% a 1,0% é mediana e superior a 1,0% é insatisfatória).

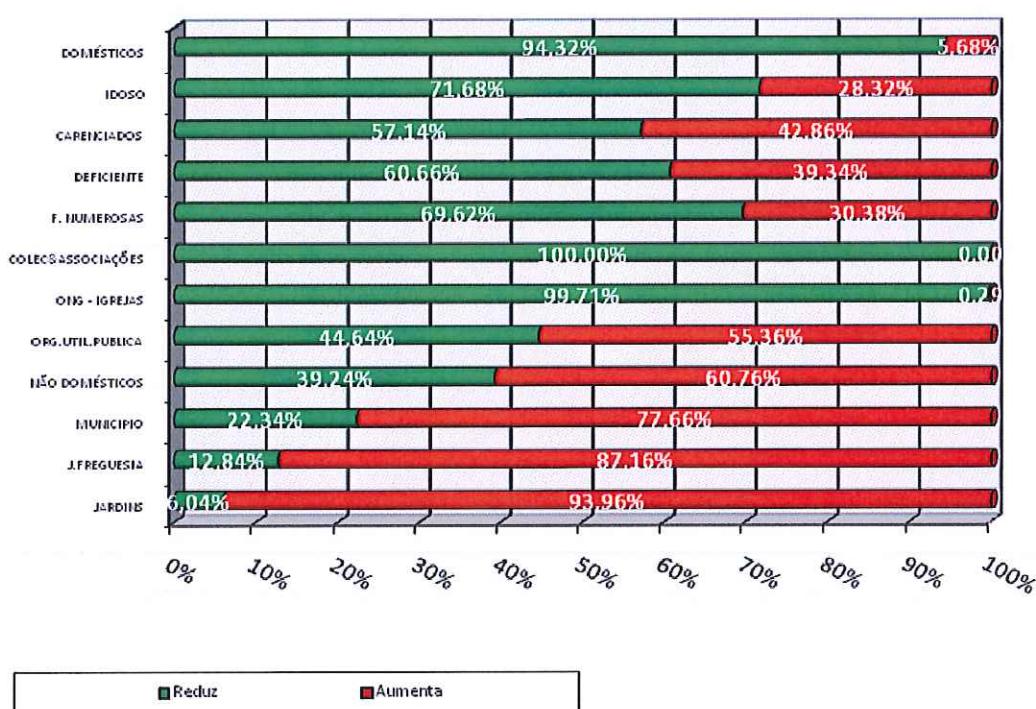
A aplicação destas recomendações implicou um aumento significativo da fatura para os clientes não domésticos com consumo superiores a 2m³/mês. De entre estes há que realçar os aumentos que sofreram as faturas do Município e Juntas de Freguesia que deixaram de beneficiar do tarifário especial, que tiveram até 2010, e que, de acordo com estas recomendações, foram incluídos no tarifário dos não domésticos.

Os consumidores domésticos, com grandes consumos, também foram significativamente penalizados.

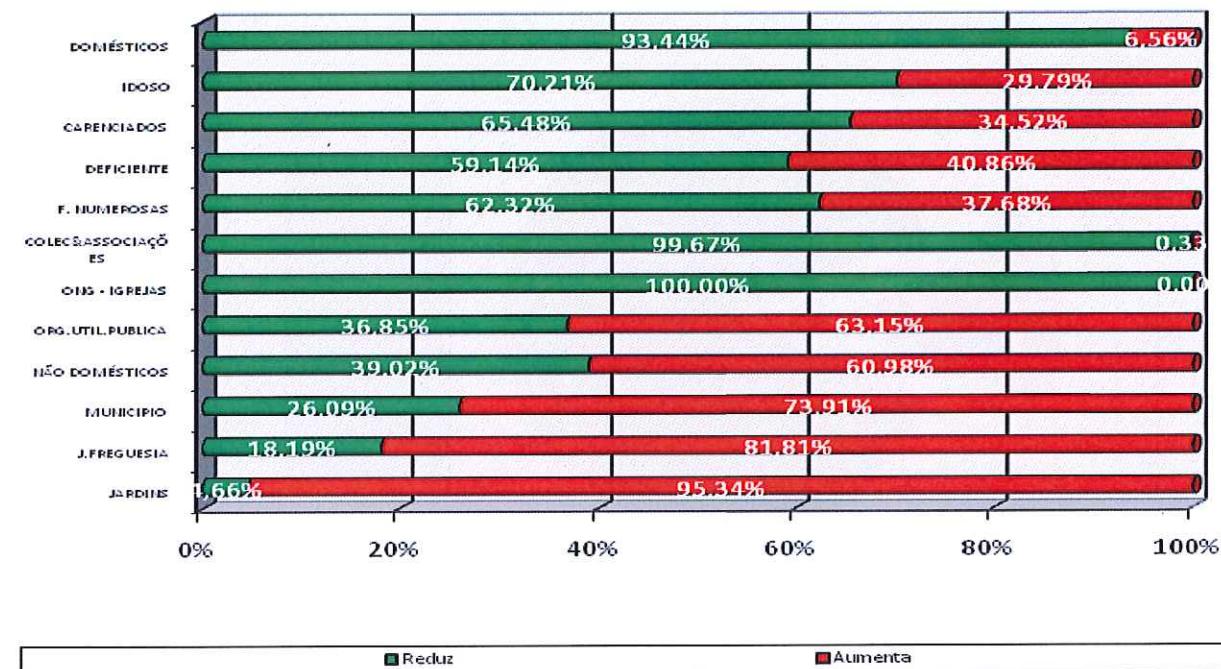
As diminuições de consumo verificadas são, com certeza, também influenciadas por este tarifário.

Nos gráficos seguintes apresentamos a percentagens de clientes que viram as suas faturas reduzidas e aqueles que as viram aumentadas.

Real»Totais 2011



Previsão» TOTAIS 2010



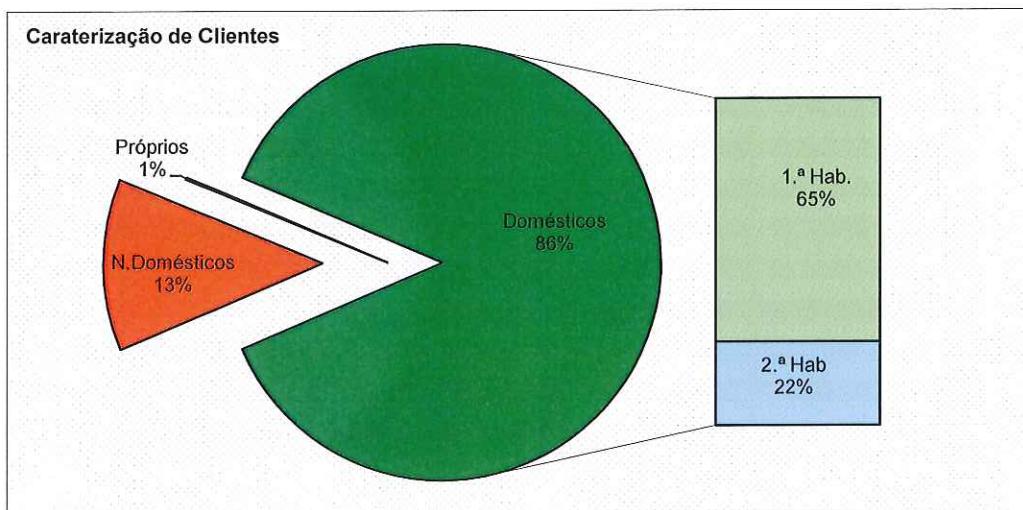
De um modo geral e apesar das quebras de receitas motivadas por um atraso de dois meses na aplicação dos valores atualizados do tarifário, verifica-se que todos os sectores de atividade estão com resultados positivos, antes de impostos, excetuando-se o sector de limpeza que, por não ter receitas para efeitos contabilísticos, apresenta um prejuízo de cerca de 750.000€.

No que respeita aos contratos de gestão, celebrados com o Município, verificou-se que a gestão e manutenção de espaços verdes apresentou lucros que se deveram, principalmente, à diminuição dos caudais de rega dada a pluviosidade anormal que ocorreu.

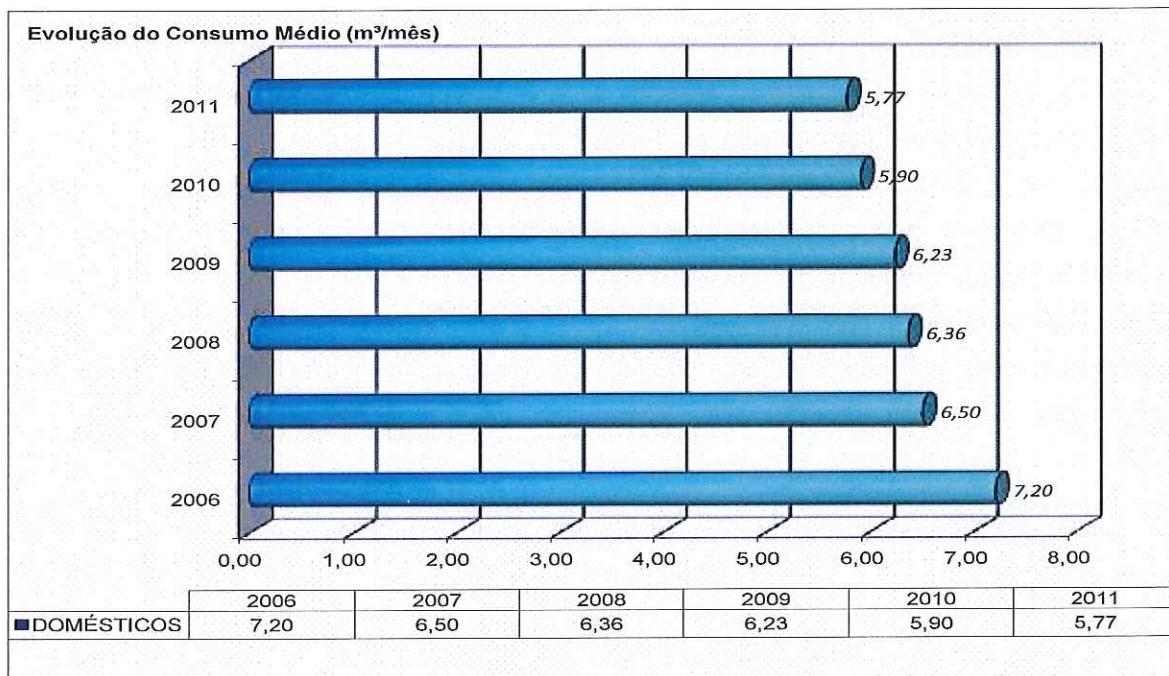
O contrato de limpeza de praias apresentou prejuízo que se deveu, entre outras razões, à ocorrência de uma despesa não prevista motivada pela impossibilidade de utilização das instalações que tinham estado, até 2010, destinadas ao apoio à operação e ao prolongamento da época balnear ate fim de Outubro.

CARACTERIZAÇÃO DE CLIENTES	2008			2009			2010			2011						
	CLIENTES	CONSUMOS	SERVIÇO EFEITIVO													
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	19.470	2.165.156	76%	20.268	2.254.611	79%	20.731	2.060.683	77%	20.800	1.957.703	83%				
CLIENTES DOMÉSTICOS	16.876	1.265.173		17.500	1.308.999		18.075	1.280.109		18.125	1.254.599					
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	2.010	513.721		2.411	650.106		2.244	546.592		2.370	574.066					
OUTROS	312	185.490		171	147.901		379	221.568		273	121.471					
PRÓPRIOS	272	200.772		186	147.605		33	12.414		32	7.567					
ÁGUAS RESIDUAIS	16.860	1.605.261		17.700	1.648.344		18.387	1.591.976		18.525	1.539.385					
CLIENTES DOMÉSTICOS	14.762	1.041.564	63%	15.477	1.092.430	67%	16.309	1.101.424	67%	16.453	1.096.748	76%				
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	1.840	435.312		2.223	555.914		2.077	490.399		1.994	406.488					
OUTROS	258	128.385					1	153		78	36.149					
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (T)		16.668		100%			16.204	100%		16.504	100%					
FOGOS NO CONCELHO (TOTAL)																
25.313 (Censos 2011)																

~~HM~~ A caracterização dos clientes da Taviraverde no ano de 2011 é a que se indica no quadro seguinte:



O gráfico seguinte ilustra a evolução dos consumos médios por cliente/mês desde a constituição da empresa.



2. O plano de atividades

O plano de atividades da empresa no ano de 2011 foi delineado de acordo com os Objetivos Gerais descritos no quadro seguinte.

O quadro descreve o resultado final da atividade, obtido através da monitorização periódica do Plano definido.

OBJECTIVOS E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2011											
ÁREA	OG	Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	OS	Actividades - Objectivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	2011
A. Abastecimento de Água											
1		Redução das perdas de água	1.1	Controlo de perdas de água	1.1.1	Perdas de Água Totais na Rede (%)	≤21%	P1	DOR	Acumulado	18,75%
			1.1.2		Perdas de Água Totais na Rede (m³)	≤550.000m³	P1	DOR	Acumulado (m³)	447.215	
			1.2	Controlo de substituição de contadores	1.2.1	Taxa de substituição de contadores antigos (com ≥10anos)	Substituir programados até	P10	DPO	Acumulado Ano	90,86%
			1.4	Campanha de deteção de fugas	14.1	Taxa de cumprimento da deteção directa - inspecção e correção de 1 ZMC por semana	≥95%	P4	DOR	Acumulado Ano	100,00%
2		Melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores de gestão e produtividade	2.1	Controlo da qualidade da água de abastecimento	2.1.1	Taxa de cumprimento do VP de análises obrigatórias - PCQA	≥99% conformes	P1	DQS	Acumulado	99,78%
			2.1.2		2.1.3	Taxa de cumprimento do VP de Controlo Operacional	≥90% conformes	P8	DQS	Acumulado	99,51%
			2.1.3		2.1.3	Taxa de cumprimento do PCQA (frequência de análises)	100%	P1	DQS	Acumulado	100,69%
			2.2	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	2.2.1	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95% Conformidades	P1	DOR	Acumulado	100,00%
			2.2.2		2.2.1	Tempo médio de entrega do orçamento após pedido do cliente	≤3 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Acumulado	1,36
			2.3	Controlo do tempo para execução de ramais	2.3.1	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 6 dias úteis	≥95% Conformidades	P1	DOR	Acumulado	100,00%
			2.3.2		2.3.2	Tempo médio de execução de ramais após pagamento do cliente	≤5 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Acumulado	3,47
			2.4	Controlo do tempo para colocação de contadores	2.4.1	Taxa de contadores instalados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95% Conformidades	P1	DPO	Acumulado	98,95%
			2.4.2		2.4.2	Tempo médio de colocação do contador após pedido do cliente	≤1 dias úteis	P10	DPO	Nº Dias Médio Acumulado	0,43
			2.5	Controlo do tempo para desligação de contadores	2.5.1	Taxa de contadores desligados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95% Conformidades	P1	DPO	Acumulado	98,81%
			2.5.2		2.5.2	Tempo médio de desligação do contador após pedido do cliente	≤1 dias úteis	P10	DPO	Nº Dias Médio Acumulado	0,39
			2.6	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das Estações Elevatórias Águas	2.6.1	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	P9	DME	Acumulado Ano	100,00%
			2.7	Manutenção e gestão de equipamentos das EEAA	2.7.1	Taxa de conformidades das manutenções planeadas	≥90%	P9	DME	Acumulado Ano	100,00%
			2.8	Manutenção e gestão de equipamentos - Válvulas AA	2.8.1	Taxa de conformidades das manutenções planeadas	≥90%	P9/P4	DOR	Acumulado Ano	100,00%
			2.9	Comilação e actualização da informação referente aos dados de caracterização física e de funcionamento das infra-estruturas de abastecimento de água (campanha INSAAR)	2.9.1	Comilação dos dados das entidades/infra-estruturas em tabelas excel (identificação, localização, reboques montante - jusante)	≥100% até final do ano	P4	DOR	Acumulado Ano	100,00%
			2.9.2		2.9.2	criação e actualização da informação geográfica em SIG (formato shapefile ou outro solicitado)	≥80% até final do ano	P4	DOR	Acumulado Ano	74,00%

OBJECTIVOS E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2011

ÁREA	OG	Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	OS	Actividades - Objectivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	2011			
B. Águas Residuais														
Águas Residuais	3	Melhoria da qualidade do serviço, cumprimento das disposições legais e dos indicadores de gestão e produtividade de ETAR's e EE's	3.1	Controlo da qualidade dos efluentes	3.1.1	Taxa de análises laboratoriais conformes com as Licenças de Descarga - ETARs TOTAL	≥95%	P1	DQS	Acumulado	94,37%			
			3.2	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das EEAR	3.2.1	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	P9	DME	Acumulado Ano	34,62%			
			3.3	Manutenção e gestão de equipamentos das EEAR	3.3.1	Taxa de conformidades das manutenções planeadas	≥90%	P9	DME	Acumulado Ano	100,00%			
			3.4	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	3.4.1	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95% Conformidades	P1	DOR	Acumulado	100,00%			
					3.4.2	Tempo médio de entrega do orçamento após pedido do cliente	≤3 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Acumulado	1,19			
			3.5	Controlo do tempo para execução de ramais	3.5.1	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 7 dias úteis	≥95% Conformidades	P1	DOR	Acumulado	100,00%			
					3.5.2	Tempo médio de execução de ramais após pagamento do cliente	≤5 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Acumulado	4,00			
			3.6	Controlo do tempo de reposição de pavimentos (aplicável a águas de abastecimento e águas residuais)	3.6.1	Taxa de pavimentos repostos dentro do prazo de 10 dias úteis após intervenções	≥90% Conformidades	P1	DOR	Acumulado	100,00%			
					3.6.2	Tempo médio de reposição do pavimento após intervenções	≤5 dias úteis	P4	DOR	Nº Dias Médio Acumulado	3,00			
			3.7	Controlo de qualidade da reposição de pavimentos	3.7.1	Taxa de pavimentos conformes	≥95%	P4 Ind	DOR	Acumulado	101,06%			
					3.8	Compilação e actualização da informação referente aos dados de caracterização física e de funcionamento das infra-estruturas de saneamento (campanha INSAAR)	3.8.1	Compilação dos dados das entidades/infra-estruturas em tabelas excel (identificação, localização, relações montante - jusante)	≥100% até final do ano	P4	DOR	Acumulado Ano	100,00%	
			4	Eliminação das infiltrações nas redes de águas residuais		3.8.2	Criação e actualização da informação geográfica em SIG (formato shpfile ou outro softcódigo)	≥50% até final do ano	P4	DOR	Acumulado Ano	61,00%		
				4.1	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	4.1.1	Tratamento de águas residuais recolhidas (%)	≤120%	P1	DPO-AE	Acumulado	118,57%		
		4.1.2		Taxa de águas residuais entregues à EG em alta relativamente ao total facturado na área de influência do Almargem e Tavira (%)	≤100%	P1	DPO-AE	Acumulado	84,66%					

OBJECTIVOS E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2011

ÁREA	OG	Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	OS	Actividades - Objectivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	2011
------	----	---------------------------------------	----	-------------------------------------	-----	-----------	------	----------	--------------------------	--------------------	------

C. Resíduos Sólidos

Resíduos Sólidos	Melhoria da qualidade do serviço, dos indicadores de gestão e da produtividade	5.1	Avaliação do sistema de controlo dos circuitos (mensal)	5.1.1	Taxa de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	P5	DRLJ	Acumulado	100,94%
				5.1.2	Taxa de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%	P5	DRLJ	Acumulado	100,92%
				5.1.3	Taxa de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%		DRLJ	Acumulado	104,00%
				5.1.4	Taxa de execução dos circuitos de substituição de contentores lavados	≥90%		DRLJ	Acumulado	118,00%
				5.1.5	Taxa de execução dos circuitos de monos e verdes	≥90%		DRLJ	Acumulado	119,60%
				5.1.6	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de recolha de RSU	≥90%	P5	DRLJ	Acumulado	100,00%
				5.1.7	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de limpeza urbana	≥90%		DRLJ	Acumulado	117,55%
				5.1.8	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de varredura mecânica	≥90%		DRLJ	Acumulado	100,00%
				5.1.9	Conformidade de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	P5	DRLJ	Acumulado	100,00%
				5.1.10	Conformidade de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%		DRLJ	Acumulado	99,44%
				5.1.11	Conformidade de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%		DRLJ	Acumulado	100,00%
		5.2	Controlo dos pedidos de recolha de Monos e Verdes	5.2.1	Taxa de pedidos de clientes relativamente ao total recolhido	≥10%	P5	DRLJ	Acumulado	10,23%
		5.3	Controlo da recolha de recicláveis total (ALGAR e Taxirverde)	5.3.1	Taxa de recolha de recicláveis (no total) relativamente ao total dos resíduos pagos à ALGAR	≥14%	P5	DRLJ	Acumulado	13,77%
				5.3.2	Aumento da recolha de recicláveis (no total) relativamente ao ano anterior	≥12%	P5	DRLJ	Acumulado	-11,96%
		5.4	Diminuição da quantidade de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	5.4.1	Taxa de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	≤99,99%	P1	DRLJ	Acumulado	99,37%

OBJECTIVOS E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2011

ÁREA	OG	Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	OS	Actividades - Objectivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	2011
D. Administrativo Comercial e Geral											
6	Melhoria das condições de funcionamento e operacionalidade	6.1 Leitura de contadores mensal	6.1	Nº de contadores não lidos mensalmente	≤450	P2ind	DAF-DC	Média Mensal	250		
			6.2	Actividade de fiscalização de águas e resíduos	≥90%	P5	DRLJ	Acumulado	100,00%		
		6.2.2 Taxa de anomalias detectadas que foram alvo de notificação ao infractor	6.2.2	Taxa de anomalias detectadas que foram alvo de notificação ao infractor	≥90%	P5	DRLJ	Acumulado	100,00%		
			6.3 Compilação atempada dos indicadores de desempenho - prazo: até à sexta-feira antes de cada reunião de coordenação	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DQS	≥90%	P1	DQS	Acumulado	100,00%		
				Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DME	≥90%	P1	DQS	Acumulado	95,45%		
				Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DAF	≥90%	P1	DQS	Acumulado	85,80%		
				Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - AE	≥90%	P1	DQS	Acumulado	96,88%		
				Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DPO	≥90%	P1	DQS	Acumulado	100,00%		
				Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DOR	≥90%	P1	DQS	Acumulado	89,95%		
				Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DRLJ	≥90%	P1	DQS	Acumulado	100,00%		
7	Diminuição dos montantes em dívida pelos clientes e outros devedores	7.1 Prazo de realização de cortes de fornecimento de água	7.1.1	Taxa de cortes efectuados dentro do prazo de 30 dias após emissão de listagem de cortes	≥95%	P2	DPO	Acumulado	103,60%		
			7.1.2	Cálculo mensal da taxa de restabelecimentos realizados	≤1 não conformidade	P2ind	DPO	Acumulado	0		
		7.2 Eficácia dos processos de cobrança duvidosa	7.2.1	Taxa de cobrança efectiva dos valores em dívida (na sequência de processo de cobrança)	≥55%	P2ind	DAF/DJ	Acumulado	57,45%		
		7.3 Diminuição do nº de processos de cobrança duvidosa	7.3.1	Taxa de cobranças realizadas sem necessidade de colocação de processos de cobrança duvidosa	≥95%	P2ind	DAF/DJ	Acumulado	98,66%		
			7.4.1	Taxa de processos de cobrança duvidosa finalizados mensalmente	≥85%	P2ind	DAF/DJ	Acumulado	96,59%		
8	Melhoria do nível de satisfação do cliente	8.1 Redução do tempo de resposta a reclamações	8.1.1	Taxa de reclamações respondidas dentro do prazo de 10 dias úteis	≥95% Conformidades	P1	DQS	Acumulado	92,76%		
			8.1.2	Tempo médio de resposta a reclamações	≤10 dias úteis	P8 ind	DQS	Nº Dias Médio Acumulado	5,29		
		8.2 Cumprimento dos prazos legais para resposta a reclamações escritas relativas a águas de abastecimento (AA), águas residuais (AR) e resíduos sólidos (RS) (de acordo com especificações da ERSAR)	8.2.1	Taxa de reclamações escritas relativas a AA respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≥95%	P1	DQS	Acumulado	100,00%		
			8.2.2	Taxa de reclamações escritas relativas a AR respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≥95%	P1	DQS	Acumulado	100,00%		
			8.2.3	Taxa de reclamações escritas relativas a RS respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≥95%	P1	DQS	Acumulado	100,00%		
		8.3 Aumento do registo dos contactos dos clientes	8.3.1	Nº de clientes com registo de e-mails	≥6.000	P2	DAF-DC	Acumulado	6.719		
			8.4.1	Nível de Satisfação do Cliente	≥80%	P1	DQS	Semestral	87,19%		
9	Higiene e Segurança no Trabalho	9.1 Controlo do cumprimento das normas de segurança (uso de EPI's, EPC, outras)	9.1.1	Nº de NC sobre as normas de segurança implementadas	40	P1	DQS	Acumulado	35		
			9.2.1	Nº de NC de uso de fardamento	30	P1	DQS	Acumulado	23		
		9.3 Limpeza e arrumação dos locais de trabalho	9.3.1	Nº de NC de falta de limpeza e arrumação para cada espaço	10	P1	DQS	Acumulado	0		
			9.4.1	Índice de Frequência (avalia a frequência com que os AT ocorrem)	<20 (classificação OMS: mto bom)	P6ind	DAF	Acumulado	53		
			9.4.2	Índice de Gravidade (avalia a gravidade dos AT ocorridos em termos de dias de trabalho perdidos)	<0,5 (classificação OMS: mto bom)	P1	DAF	Acumulado	1,91		
			9.4.3	Índice de Incidência (avalia o n.º médio de trabalhadores afectados por AT)	≤4	P6ind	DAF	Acumulado	98		
			9.4.4	Redução do nº de dias não trabalhados por AT relativamente ao ano anterior	≥15%	P1	DAF	Acumulado	-32,52%		
10	Gestão de Recursos Humanos	10.1 Realização das Acções de Formação Preconizadas	10.1.1	Cumprimento do nº mínimo legal de horas de formação por colaborador	Cumprir limites - O NC	P1	DAF	Acumulado	128		
			10.1.2	Taxa de cumprimento do Plano de Formação	≥95%	P6	DAF	Acumulado	109,09%		
		10.2 Absentismo	10.2.1	Taxa de Absentismo	≤3,0%	P6ind	DAF	Acumulado	8,63%		
			10.2.2	Taxa de Absentismo sem baixas prolongadas	≤2,0%	P1	DAF	Acumulado	2,68%		
			10.2.3	Taxa específica por Incapacidade (de curta ou longa duração) devida a doença e acidente	≤2,5%	P6ind	DAF	Acumulado	3,13%		
		10.3 Controlo de Horas Extraordinárias	10.3.1	Horas extraordinárias efectuadas na globalidade	ver previsão para 2011 (feriados, etc) -	P6ind	DAF	Acumulado	3.633		
			10.3.2	Nº de colaboradores que excederam o limite legal de horas extraordinárias	0	P1	DAF	Acumulado	0		
11	Gestão da Documentação e dados	11.1 Controlar a Documentação	11.1.1	Não Utilização de Documentos sem codificação	0 NC	P1	DQS	Acumulado	1		
			11.1.2	Não utilização de documentos Obsoletos	0 NC	P1	DQS	Acumulado	3		
12	Acompanhamento do SG	12.1 Realização das Auditorias Preconizadas	12.1.1	Taxa de cumprimento do Programa Anual de Auditorias	≥95%	P8	DQS	Acumulado	100,00%		
			12.2.1	Cumprimento do prazo de conclusão das NC e OM	Adquirir histórico	P8	DQS	Acumulado	66%		

OBJECTIVOS E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2011

ÁREA	OG	Acção de Melhoria - Objectivos Gerais	OS	Actividades - Objectivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	Processo	Departamento Responsável	Período Referência	2011
------	----	---------------------------------------	----	-------------------------------------	-----	-----------	------	----------	--------------------------	--------------------	------

E. Plano de Investimentos

PI	13	Cumprimento do plano de obras	13.1	Cumprimento das obras e benfeitorias previstas no plano de investimentos anual	13.1.1	Taxa de cumprimento do programa estabelecido (obras em curso)	≥90%	P3	DPO-AE	Acumulado	97,14%
----	----	-------------------------------	------	--	--------	---	------	----	--------	-----------	--------

3. Águas de Abastecimento

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores deste sector de 2005 a 2011.

ANO	ÁGUAS DE ABASTECIMENTO			
	ÁGUA VENDIDA (m ³)	CUSTO DA ÁGUAVENDIDA (€)	PREÇO MÉDIO DE VENDA (€)	VENDA DE ÁGUA e ALUGUER de CONTADOR (€)
2005	1.820.518	1,37 €	1,07 €	1.936.544 €
2006	1.997.131	1,16 €	1,22 €	2.436.963 €
2007	2.160.158	1,11 €	1,39 €	3.009.284 €
2008	2.167.000	1,24 €	1,35 €	3.304.458 €
2009	2.254.611	1,21 €	1,38 €	3.328.016 €
2010	2.060.683	1,31 €	1,46 €	3.196.648 €
2011	1.957.703	1,36 €	1,39 €	2.716.783 €

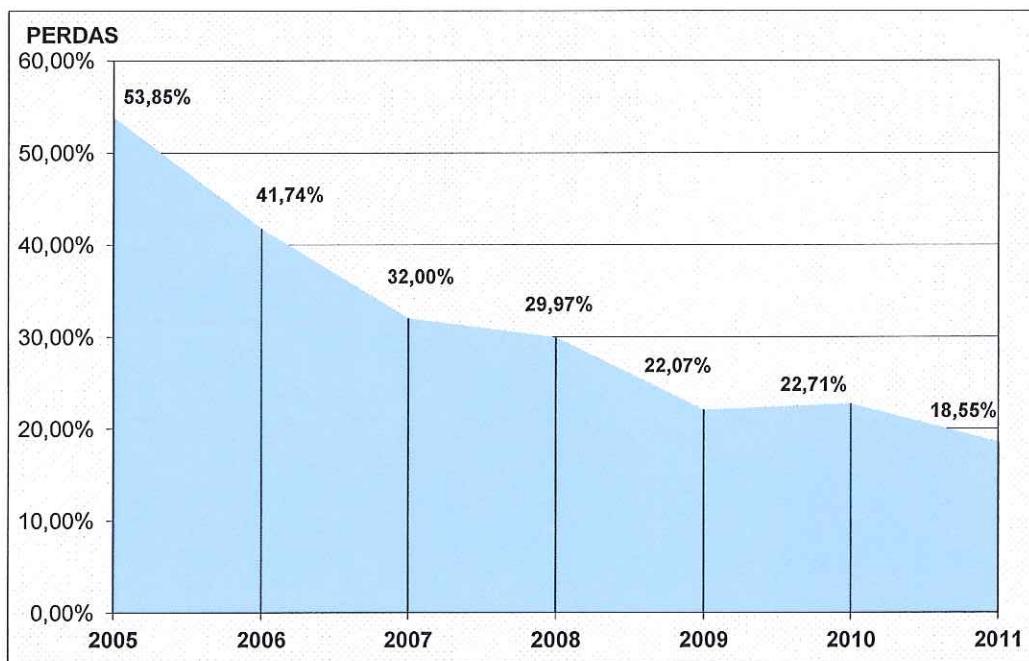
Nota: os números indicados dizem respeito ao total dos anos respetivos salvo o referente ao custo do m³ de água vendida de 2005, que diz respeito ao período de Março a Dezembro.

3.1. Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento

Este programa, iniciado em 2005, é um dos programas operacionais mais relevantes da atividade da empresa.

Consideramos que tem sido um programa com bastante sucesso já que, no ano anterior ao início de atividade da empresa (2004), as perdas tinham sido de 58%.

O quadro seguinte apresenta graficamente a evolução de resultados deste programa:



No ano de 2011, foram aduzidos menos **259.285 m³** (-9,7%) e vendidos menos **101.150 m³** (-4,9%). A percentagem de perdas foi de 18,75, portanto abaixo dos 21% do objetivo, e perderam-se menos **158.135 m³** que em 2010.

3.2. Controlo da Qualidade de Água

O sistema de Gestão da Qualidade da Taviraverde garante o controlo de processos e parâmetros nas fases distribuição da água e de captação e tratamento (onde aplicável). Foi necessário instalar sistemas de tratamento para remoção do ferro e manganês em todas as zonas de abastecimento não ligadas às Águas do Algarve. O controlo da qualidade é assegurado por laboratório externo acreditado e aprovado pela ERSAR.

● Processo de Monitorização

Anualmente é elaborado um plano de monitorização da qualidade da água, sujeito a aprovação pela Administração, que incide em dois tipos de controlos:

- o controlo legal (PCQA), efetuado diretamente na torneira do consumidor, aprovado pelo IRAR;
- o controlo operacional ou de vigilância, efetuado na origem de água sujeitas a tratamento (remoção de ferro e manganês e/ou desinfecção).

A Taviraverde cumpriu integralmente ambos os programas de controlo de qualidade da água programados.

● Controlo legal

Foram realizadas todas as análises agendadas no PCQA, com periodicidade semanal em 116 pontos de colheita distribuídos geograficamente por 8 zonas de abastecimento (7 das quais com origens próprias e 1 fornecida pela EG em alta).

No total efetuaram-se 1160 análises, observando-se 100% de frequência de realização e 99,78% de conformidades dos valores paramétricos legais.

Relativamente ao ano anterior, registou-se uma diminuição das situações de incumprimento detetadas (num total de 2 ocorrências), continuando-se a cumprir o indicador ERSAR para esta matéria.

Os 2 incumprimentos detetados ocorreram exclusivamente na ZA fornecida pela EG em alta, e deveram-se, no 1º caso, a concentração de desinfetante residual insuficiente e, no 2º caso, a degradação da conduta do sistema predial (situação da responsabilidade do proprietário do prédio).

● Controlo operacional ou de vigilância

O Controlo Operacional foi realizado nas Zonas de Abastecimento onde se efetua o tratamento de água ou apenas o reforço de cloro, nomeadamente: Cachopo, Feiteira, Mealha, Carrapateira, Faz Fato, Estorninhos, Bengado, Porto Carvalhoso e Santa Catarina.

No 2º semestre de 2011, introduziram-se ainda 2 novos CO: Morenos (nova ZA, que integrou o PCQA em 2012) e Corte António Martins (água fornecida pela Câmara de Vila Real de Santo António, com origem no sistema em Alta).

Nestes CO é feita a monitorização à saída das captações (quando aplicável) e também na rede de abastecimento, o que nos permite averiguar não só a potabilidade da água de origem, como também a

eficiência do tratamento efetuado. Sempre que necessário, podem ser feitas análises adicionais às várias etapas dos processos de tratamento.

Também se faz a vigilância do sistema abastecido pela EG em Alta (CO da Cruz do Areal), de forma a acompanhar parâmetros críticos, como o cloro, turvação, ferro, manganês, entre outros.

No decurso do ano foram realizadas 3919 análises (das quais 2070 correspondem à água tratada, ou seja 53%), distribuídas por cada um dos CO com periodicidade mensal, tem-se verificado 99,51% de conformidades dos valores paramétricos legais na água tratada.

Com base nos valores obtidos tanto no controlo legal como no operacional, foi possível concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a qualidade da água distribuída cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa.

3.3. Zonas de Medição e Controlo

Prosseguiu-se com a instalação de caudalímetros em novas ZMCs, nomeadamente no Malhão, na Cidade de Tavira (Urbanização Urbicruz) e na entrada da Aldeia de Santa Catarina.

Realça-se ainda o arranque do novo sistema dos Morenos, cujo controlo de perdas também se iniciou através de novos totalizadores à saída do furo e à saída dos dois reservatórios.

No final do ano, o sistema dispunha de um total de 79 pontos de medição, entre caudalímetros e totalizadores para suporte às atividades de controlo de perdas. Deste conjunto de pontos de medição, 19 estão associados ao sistema de telegestão PEView fornecido pela Macraut e 27 encontram-se equipados com loggers com transmissão de dados de caudal e de pressão por GSM ao sistema PMAC PLUS. Três destes loggers foram instalados em 2011 nas ZMCs da Atalaia (Cidade de Tavira), Pedras da Rainha e Campina.

Este controlo permitiu, em 2010, a identificação das zonas mais problemáticas e o planeamento e desencadeamento de ações para a diminuição das respetivas perdas.

4. Saneamento

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector de 2005 a 2011:

ANO	SANEAMENTO						
	CAUDAL TRATADO			CAUDAL COBRADO	CUSTO	PREÇO MÉDIO DE VENDA	RECEITAS TOTAIS
	AdA	Próprios	TOTAL	(M ³)	M ³ COBRADO	(€)	
2005	N/A			1.313.163	0,38 €	0,49 €	646.892 €
2006	1.500.128		1.500.128	1.531.163	0,53 €	0,55 €	844.166 €
2007	506.590	909.956	1.416.546	1.643.548	0,60 €	0,85 €	1.402.966 €
2008	1.062.785	864.924	1.927.709	1.605.261	0,87 €	0,79 €	1.617.015 €
2009	1.232.541	524.388	1.756.929	1.657.754	0,93 €	0,83 €	1.501.598 €
2010	1.544.743	482.766	2.027.509	1.593.027	1,11 €	0,82 €	1.410.598 €
2011	1.264.437	655.833	1.920.270	1.539.385	1,40 €	1,35 €	2.070.843 €

Nota: os números indicados referentes a 2005 dizem respeito ao total do ano salvo o custo do m³ cobrado que diz respeito ao período de Abril a Dezembro.

O preço médio de venda inclui apenas as tarifas fixas e variáveis.

4.1. Controlo da qualidade dos efluentes

4.2. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)

O programa de reabilitação de EEAR continuou interrompido em 2011, por restrições orçamentais.

4.3. Ligação ao sistema de saneamento, em alta, das Águas do Algarve

Não foi possível, em 2011, ligar àquele sistema, algumas das zonas baixas da cidade, cujas obras sofreram atraso.

Com as obras já executadas até à data, são colocados no sistema em alta, cerca de 70% dos efluentes recolhidos na respetiva zona de influência. Estas ligações permitiram desativar os órgãos de tratamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Tavira (Vale Caranguejo). Os efluentes, que ainda não foi possível ligar, são tratados nas lagoas do Arraial Ferreira Neto.

4.4. Diminuição das infiltrações nas redes

Em forma de resumo também podemos afirmar que o grosso das intervenções desencadeadas nas redes de A.R. ocorreu nas zonas baixas da Cidade, nomeadamente nas ruas próximas do rio e que sofrem influencia das águas das marés.

Através de inspeção visual das caixas de visita e do desenvolvimento das campanhas de inspeção vídeo, ações desenvolvidas pela nossa equipa de inspeção dos coletores, foi possível detetar muitas situações que motivaram as seguintes tipologias intervenções:

- Reparação de caixas de visita das redes de saneamento domésticas, com infiltrações significativas de águas existentes nos solos ou águas das marés, nomeadamente em Santa Luzia, Conceição, Luz, Cabanas e zonas baixas de Tavira;
- Desativação de diversas ligações de sumidouros e sarjetas que estavam a descarregar para as caixas de visita dos coletores de A.R. nomeadamente nas zonas baixas de Tavira, Santa Catarina e Santa Luzia;
- Corte de todos os "BY-PASS" detestados entre caixas de visita de A.R. e A.P nomeadamente em Santa Luzia e nas zonas baixas de Tavira;
- Reparação de diversas caixas de ramais com enormes infiltrações assim como os respetivos ramais que ligam aos coletores de A.R. essencialmente na margem esquerda da cidade de Tavira.
- Reabilitação de coletores de saneamento doméstico, que apresentavam grandes infiltrações, essencialmente provenientes das águas das marés.

Basicamente podemos constatar que, todos os coletores de A.R. em fibrocimento têm os extradores superiores (que sofrem essencialmente o efeito dos gases) em péssimo estado de conservação ou mesmo inexistente.

Assim, foram substituídos coletores através do método de construção tradicional e por aplicação de manga por dentro dos coletores existentes pelo método CIPP (Cured In Place Pipe).

Estas reparações nos coletores ocorreram na margem esquerda de Tavira, nas zonas baixas.

Neste momento ainda não temos total conhecimento do estado de conservação das redes de saneamento doméstica, nomeadamente Golden, parte de Cabanas, Santo Estêvão, Cachopo e algumas urbanizações de Tavira. Temos como objetivo para o ano 2012 a inspeção vídeo de todas as zonas em falta, para um rigoroso conhecimento do estado de conservação das redes de A.R..

Relativamente a Luz de Tavira, verificamos, através de inspeção vídeo efetuada, que os coletores de A.R. das ruas centrais, estão na sua maioria fissurados, colapsados e a necessitar de intervenção de reparação.

No que respeita às infiltrações de águas das marés podemos afirmar que os coletores das zonas baixas da Cidade, Santa Luzia e Cabanas foram reabilitados. Esta reabilitação só resolveu o problema até à cota dos 2,7m. A partir dessa cota, o problema mantém-se e, a sua minoração será um dos objetivos principais dos futuros planos de atividade da empresa.

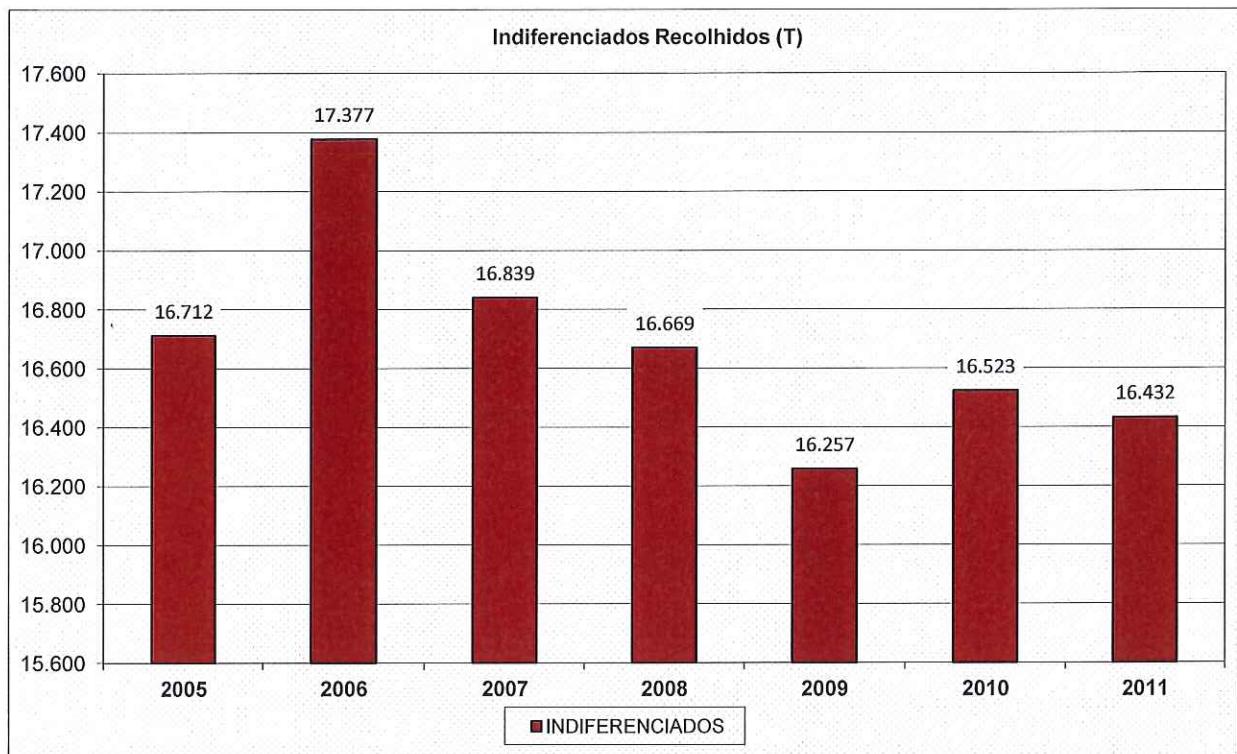
Quanto às infiltrações de águas pluviais o problema, nesta altura, é fundamentalmente, causado pela inexistência de redes separativas em prédios e habitações isoladas e em urbanizações mais antigas. Parece-nos, portanto, que, sem recurso a descarregadores de tempestade na rede de A. R. domesticas, ele não terá solução. Também será atividade a desenvolver nos próximos anos.

5. Recolha de RSU

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector em 2010:

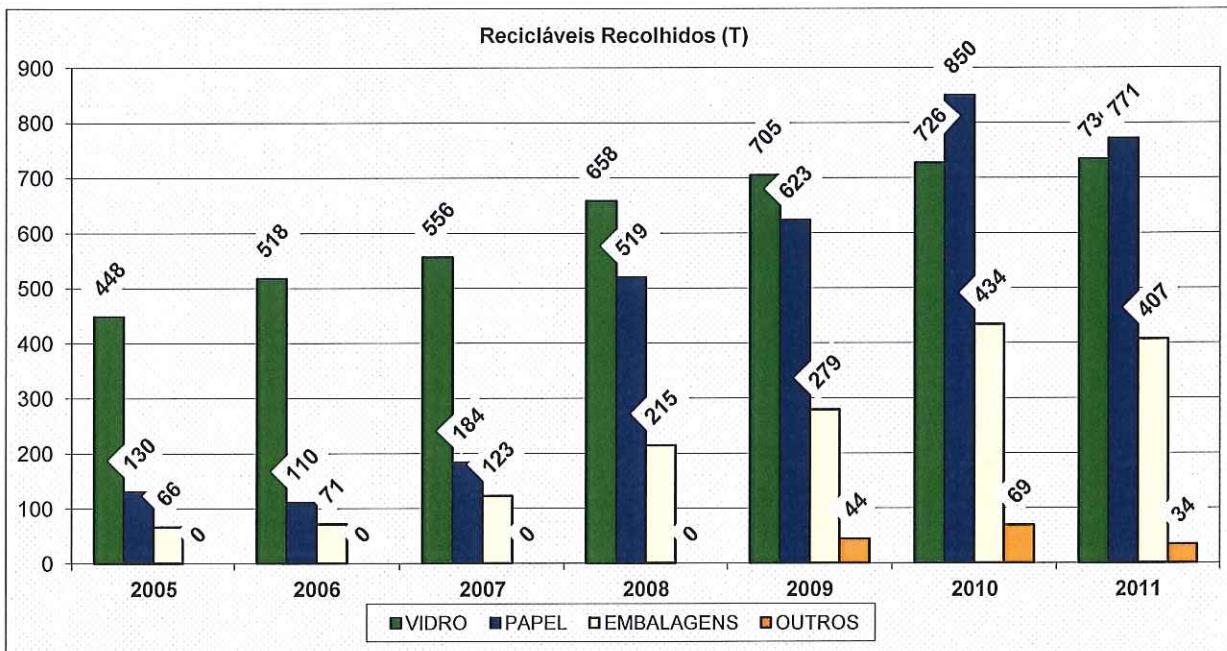
ANO	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS				
	RSU		CUSTOS (Ton)		RECEITAS TOTAIS
	(Ton)	RECEITA (Ton)	RSU	RECOLHA	TOTAIS
2005	13.369	32,56 €	143,78 €		435.936 €
	16.711	30,80 €			514.846 €
2006	17.377	99,49 €	136,17 €		1.483.900 €
2007	16.839	117,70 €	160,76 €		2.023.742 €
2008	16.669	113,00 €	169,00 €		2.360.418 €
2009	16.204	126,00 €	175,00 €		2.321.490 €
2010	16.505	129,43 €	167,75 €		2.597.418 €
2011	16.401	140,16 €	171,07 €	124,39 €	2.291.439 €

Nota: os números indicados, para 2005, dizem respeito aos meses de atividade. Os restantes números dizem respeito ao ano completo.



Nota: Os valores apresentados para o ano 2005 correspondem ao total de toneladas de indiferenciados recolhidos pela Câmara Municipal de Tavira (Janeiro e Fevereiro) e pela Taviraverde (Março a Dezembro).

O indicado como receita/ton inclui apenas as tarifas fixas e variáveis.



5.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores

Os programas de controlo da qualidade do serviço com a efetivação de inspeções semanais aleatórias aos diversos circuitos mantiveram-se durante todo o ano de 2011. Estes programas foram cumpridos a 100% relativamente ao planeado.

Kyle

Foram lavados em estaleiro cerca de 1.000 contentores por mês e foi cumprido o planeamento das lavagens dos marcos de deposição da contentorização enterrada (RSU e Recicláveis) com a periodicidade definida de acordo com a época do ano, ou seja, na época de Verão, semanalmente e quinzenalmente no resto do ano.

6. Jardins

Esta atividade é desenvolvida no âmbito do contrato programa de espaços verdes celebrado com o Município de Tavira que foi renovado e atualizado em 2011. A manutenção contratada passou de cerca de 95 espaços para 116 espaços verdes, o valor do contrato passou de 837.049,42€/ano para 1.052.149,12€/ano.

6.1. Tratamento de pragas de plantas e jardins

Foram identificadas diversas pragas em plantas (Árvores, arbustos e herbáceas) em espaços públicos que mereceram a maior atenção com a realização de diversos tratamentos fitossanitários.

Durante algumas épocas do ano, nomeadamente, na Primavera /Verão é frequente surgirem as pragas, principalmente de afídios, ácaros, cochonilhas e processionária, o que provoca algum desconforto na população, nomeadamente ao nível de produção de meladas, provocando sujidade/danos de ruas, viaturas, etc.

Estas pragas são difíceis de controlar, contudo a Taviraverde faz um planeamento de intervenções preventivas para minimizar o problema e evitar a insatisfação dos clientes.

6.2. Praga das palmeiras em Portugal

Esta praga (*Rhynchophorus ferrugineus*), continuou a atacar as palmeiras, tendo levado mesmo à morte e abate de diversas palmeiras, conforme mapa:

Tavira/Freguesias	Existiam	Abatidas	Infetadas *	Restantes*
Cabanas de Tavira	59	42	6	11
Conceição de Tavira	6	5	1	0
Luz de Tavira	35	15		20
Santa Luzia	79	5	2	72
Santa Maria	464	72	80	312
Santiago	93	24	22	47
Santo Estevão	5			5
Total	741	163	111	467

* As características da praga não permite identificar com rigor as plantas infetadas

Foi efetuado o planeamento e os respetivos tratamentos (preventivos/curativos), nas palmeiras (34), mais emblemáticas do Concelho.

6.3. Praga das formigas e outros insetos das árvores

Durante algumas épocas do ano, nomeadamente, na Primavera /Verão é frequente surgirem as pragas de formigas e insetos das árvores o que provoca algum desconforto na população.

As pragas são difíceis de controlar, contudo a Taviraverde faz um planeamento de intervenções preventivas para minimizar o problema e evitar a insatisfação dos clientes.

7. Limpeza de Praias

Os serviços de limpeza do areal, WC públicos, envolventes de praias e estacionamentos, acessos/ passadeiras e respetivas envolventes, foram efetuados conforme planeado e previsto no Contrato de Gestão para a limpeza de praias, celebrado entre a Câmara e a Taviraverde, E.M. Este contrato foi renovado em 2011 passando o valor respetivo de 148.526,09€ para 179.386,35€.

Os serviços de limpeza mecânica do areal foram cumpridos na generalidade com exceção da Terra Estreita, onde a área de areia seca é reduzida, sobretudo nas marés vivas.

A recolha e transporte de resíduos foram efetuada como planeado.

Foram recolhidos e transportados para local apropriado os seguintes resíduos:

ANO	RESÍDUOS RECOLHIDOS EM PRAIAS				
	2008	2009	2010	2011	TOTAL
RSU	n.a.	n.a.	127,10	111,07	238,17
Monos	n.a.	n.a.	6,26	1,04	7,30
Verdes	n.a.	n.a.	0,62	3,92	4,54
Vidro	n.a.	n.a.	30,02	25,40	55,42
Embalagens	n.a.	n.a.	27,50	0,78	28,28
Papel	n.a.	n.a.	12,00	12,00	24,00
Óleos	n.a.	n.a.	2.750,00	1.400,00	4.150,00
TOTAL	Toneladas		203,50	154,21	357,71
	Litros (Óleos)		2.750,00	1.400,00	4.507,71

No ano de 2011, o transporte de parte dos recicláveis (Embalagens, Metais e Papel), recolhidos pela Taviraverde, foi efetuado por empresa externa – Ambilinha – a partir do cais de descarga em Tavira para a estação de transferência da Algar por sacos, o que não nos permite quantificar em termos de pesagem.

Tanto na Ilha de Tavira como na de Cabanas, foram recolhidos e colocados em locais isolados para posterior Trituração (triturador da Câmara), grande quantidade de resíduos orgânicos, sobretudo canas e restos de árvores como resultado da elevada precipitação ocorrida no de Inverno 2010/2011.

Reorganizou-se a rede de ecopontos da ilha, alterando localizações e capacidades de deposição e apoiamos a introdução de ecopontos na praia da Terra Estreita.

 Na praia do Barril, com a nossa colaboração, funcionaram as ilhas ecológicas com boa adesão dos utentes assim como a deposição seletiva dos comerciantes

Na ilha de Cabanas deu-se continuidade, conjuntamente com o concessionário, ao processo de deposição e recolha de recicláveis instalados em anos anteriores, tendo-se recolhido e transportado alguns recicláveis, estando criadas as condições para, nos próximos anos, o sistema funcionar em pleno.

Para a realização dos trabalhos estiveram afetos 16 funcionários (incluindo o pessoal dos barcos) e 1 encarregado a tempo parcial. A totalidade deste pessoal só esteve em funções a partir de 23-05-11.

Em termos de equipamentos estiveram envolvidos os seguintes:

- 2 Barcos;
- 1 Camião pesado de tração às quatro rodas;
- 3 Tratores com caixa de carga;
- 1 Trator com máquina de limpeza de praia acoplada;
- 1 Gator;
- 1 Máquina pequena de limpeza de praias;
- 1 Pick up;
- 1 Viatura de recolha de RSU indiferenciados;
- 1 Atrelado de trator;
- 2 Gruas de carga e descarga;
- 1 Soprador para a limpeza de passadeiras.

Foi dada colaboração, às diferentes ações efetuadas e/ou apoiadas pela Câmara ao longo do ano, nomeadamente as do âmbito das bandeiras azuis, as filmagens da série morangos com açúcar, ao meeting internacional do desporto na Ilha de Tavira, corrida mar azul, construções na areia, bombeiros municipais, fundação Vodafone, às obras efetuadas nas zonas balneares, nomeadamente, parque de campismo, concessões da Ilha de Tavira, Terra Estreita, Barril e Cabanas, e apoio no transporte de equipamentos para a ilha de Cabanas.

Também foi efetuado ao longo deste ano o transporte de mercadorias para os concessionários.

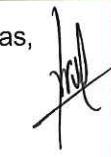
Neste período foram arrojados, 3 golfinhos, 22 pequenas tartarugas e um javali.

Procedemos à reparação/colocação de passadeiras fornecidas pela Câmara e à colocação de sinalética.

Com a entrega à Agetav, por indicação da Câmara, do armazém que servia de apoio aos trabalhos das praias, houve necessidade de se alugar, transportar e montar 2 contentores e Wc's para apoio ao pessoal e arrumo de ferramentas e equipamentos.

De salientar que, devido á forma como o tempo decorreu, a "época balnear" prolongou-se quase todo o mês de Outubro (até 22-10-11), o que nos obrigou á continuação dos trabalhos programados, para além do 30 de Setembro, como estipulado no contrato programa.

O horário de cobertura dos serviços de limpeza na Ilha de Tavira continuaram alargados até às 19 horas, nos meses de Julho e Agosto (época alta) tendo permitido prestar um melhor serviço.



Foram efetuadas ações de sensibilização ambiental junto dos concessionários, no sentido de efectuarem a reciclagem de resíduos.

8. Limpeza Urbana

A limpeza urbana (varredura manual e varredura mecânica) no concelho de Tavira está organizada em 26 circuitos, abrange toda a cidade (freguesia de Santiago e Santa Maria) e as freguesias de Santa Luzia, Luz de Tavira, Santo Estêvão, Santa Catarina, Cabanas e Conceição, só a freguesia de Cachopo não é feita por nós devido á grande distância (45 km) a que esta se encontra.

Em 2010 verificou-se a necessidade de criar o circuito de Verão (zona central da cidade), em virtude de se tratar de uma zona de afluência da população, o que levou a uma maior necessidade na frequência de limpeza e teve continuidade em 2011.

Durante o ano decorrem algumas Festas/Eventos nas ruas; a Taviraverde garantiu a limpeza nestas ocasiões (Passagem de ano, carnaval, festa de verão, chegada das voltas, etc).

O sector de limpeza da Taviraverde ainda é responsável pela limpeza das sarjetas; anualmente, no inicio do mês de Setembro, realiza-se este trabalho preventivo, de modo a que, quando chegarem as primeiras chuvas não se registem quaisquer problemas, considerando que estamos numa zona de risco permanente de cheias. Este trabalho é efetuado/acompanhado durante todo o período chuvoso.

Esta é uma atividade que tem vindo a aumentar em virtude da entrega de novos loteamento e a partir dessa data é necessário incluir o mesmo num circuito da limpeza.

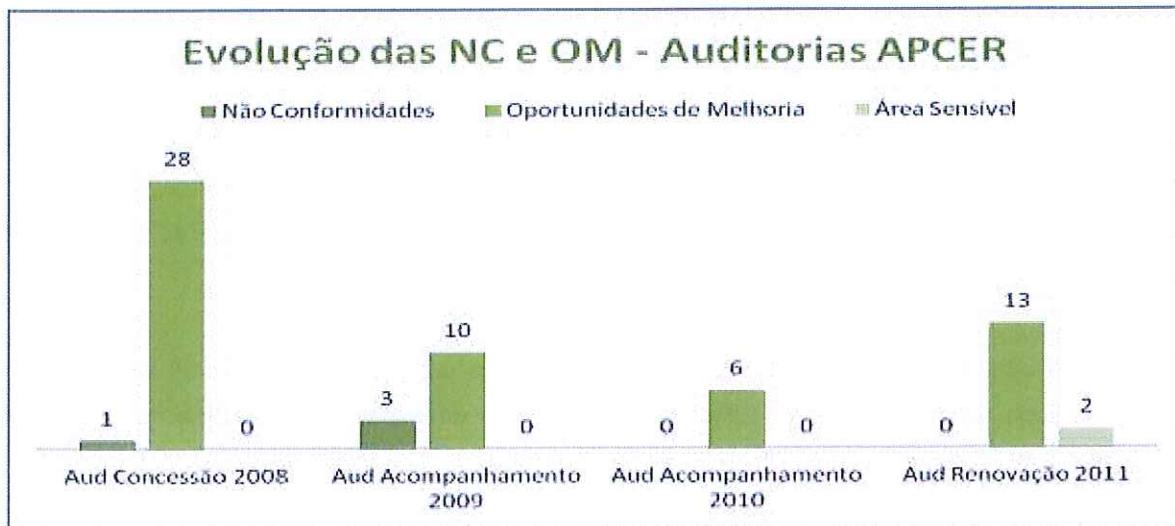
9. Sistema Gestão da Qualidade

A empresa encontra-se no 2º ciclo de Certificação pela norma ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade (certificado nº 2008/CEP-3175, válido até 07/07/2014), tendo sido concedida a renovação no decurso de 2011.

Ainda não foi possível concretizar a implementação do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, cuja conclusão estava prevista para o 1º trimestre de 2012, devido sobretudo a restrições orçamentais e também devido a algum atraso na elaboração da documentação de suporte. Prevê-se que este objetivo seja concretizado apenas em 2013.

9.1. Auditorias Externas e Internas

A Auditoria de Acompanhamento realizada pela APCER em Abril de 2011, teve um resultado muito positivo, não tendo sido registada qualquer Não Conformidade (apenas 2 áreas sensíveis e 13 oportunidades de melhoria), pelo que foi considerado estarem reunidas as condições necessárias à renovação do Sistema de Gestão da Qualidade implementado.



Antes desta auditoria de renovação, foi ainda efetuada 1 auditoria interna, de acordo com o Plano Anual de Auditorias aprovado.

Esta **Auditoria nº 01/2011** pretendeu colmatar o facto de não se ter realizado outras auditorias ao longo do ano de 2010 e servir de entrada à revisão do sistema relativa a esse ano. Optou-se por uma equipa de auditores internos de 6 colaboradores de diferentes departamentos da Taviraverde, tendo sido realizada durante 6 dias (de 15 a 31 Março2011). Este alargamento temporal, bem como a integração na equipa de vários auditores internos, permitiram aprofundar o trabalho de auditoria realizado, o que se refletiu num elevado número de constatações (18 NC e 37 OM).

Como resultado desta auditoria, foi constatada a conformidade da documentação existente e das práticas adotadas com a norma de referência, apesar de alguns desvios apontados; conclui-se que, no geral, os desvios registados derivaram de melhorias ou adaptações nas práticas, que não foram acompanhadas pela atualização da documentação.

As constatações desta auditoria serviram de entrada à Revisão pela Gestão relativa ao ano de 2010, cujas conclusões foram bastante positivas.

Para a revisão do sistema relativamente ao ano de 2011, foram planeadas 2 auditorias internas:

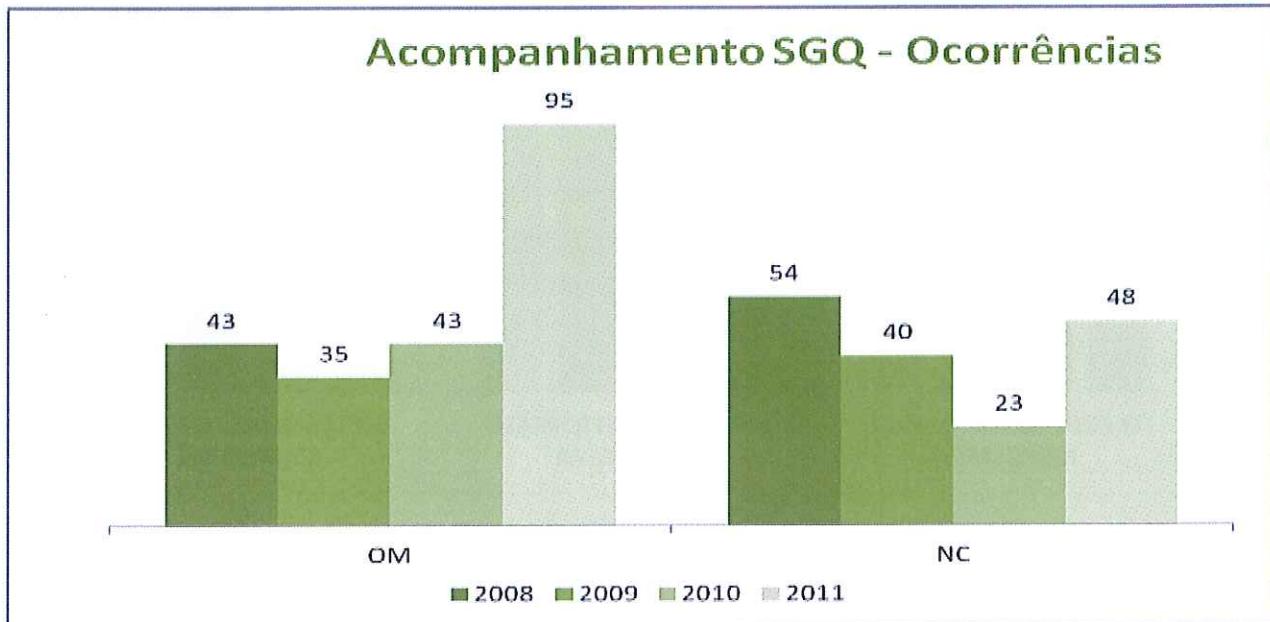
- **Auditoria nº 02/2011**, que incidiu sobre a documentação do Sistema de Gestão da Taviraverde e cujo objetivo foi verificar a conformidade da prática com os procedimentos definidos na documentação em vigor e registos associados, realizada por 3 auditores internos durante 6 dias (de 05/12/2011 a 10/01/2012). Foram registadas 15 NC e 21 OM.

Salientou-se ainda, como ponto a melhorar, o elevado número de Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria em curso que já ultrapassaram o prazo de finalização previsto; inclusivamente, algumas constatações desta auditoria já tinham sido apontadas em auditorias anteriores, não tendo sido ainda retificadas.

- Auditoria nº 01/2012, planeada para o 1º trimestre de 2012.

Os resultados destas 2 auditorias irão suportar a revisão do sistema relativa ao ano de 2011.

9.2. Ações de Melhoria



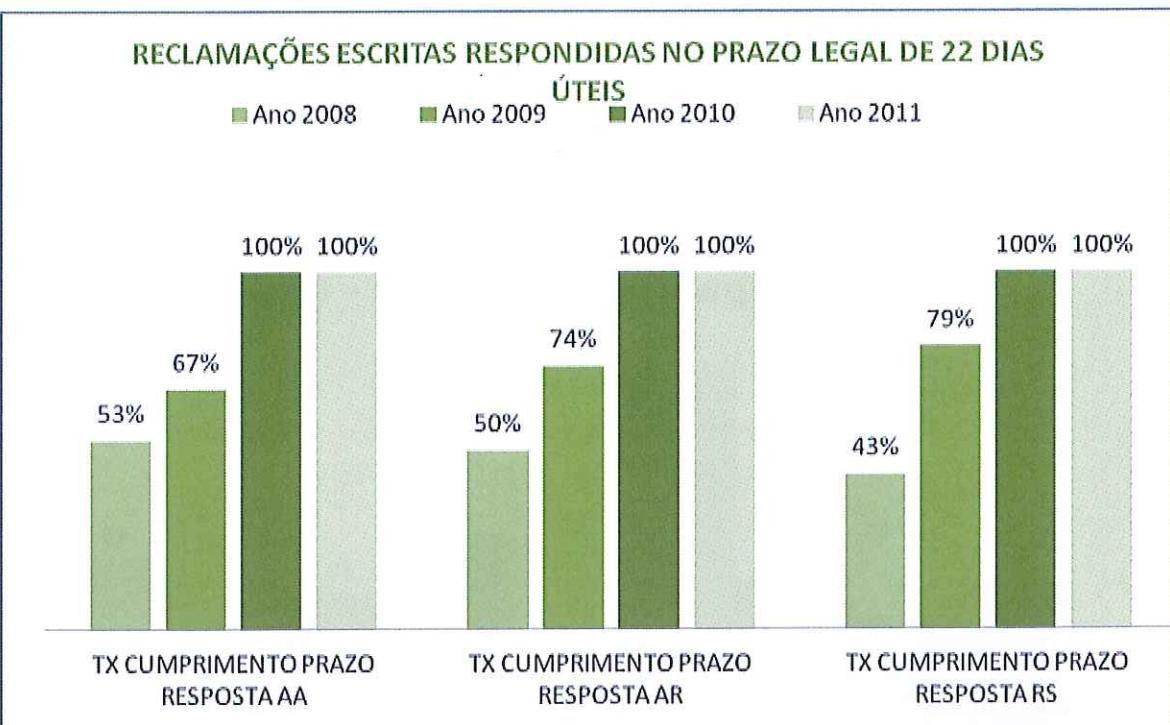
Verifica-se uma subida do nº de ocorrências em 2011, relativamente ao 1º triénio, devido ao detalhe e extensão temporal com que as auditorias internas desse ano foram realizadas, com um elevado nº de constatações.

A Auditoria de Acompanhamento realizada pela APCER em Maio de 2010, teve um resultado muito positivo, não tendo sido registada qualquer Não Conformidade (NC) apenas seis Oportunidades de Melhoria (OM), pelo que foi considerado estarem reunidas as condições necessárias à manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado.

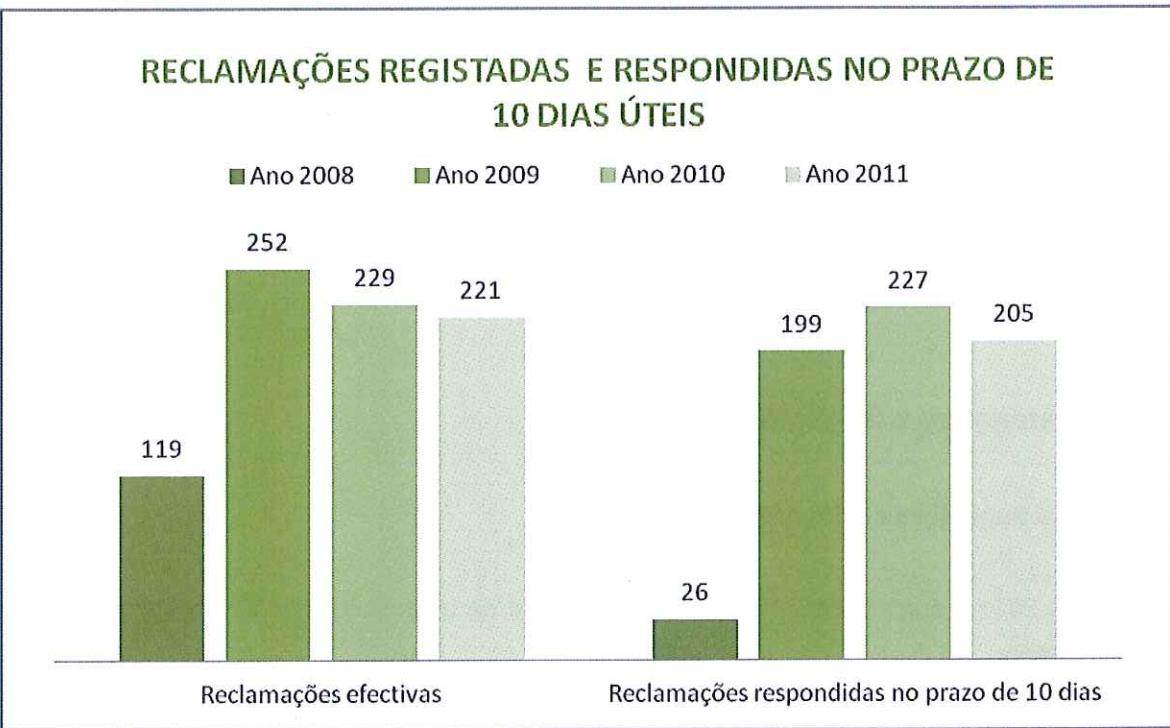
9.3. Reclamações e Sugestões de Clientes

Reclamações e Sugestões de Clientes

Mantém-se em 2011 o cumprimento integral do prazo legal de respostas escritas a reclamações escritas (*indicador ERSAR*).



Relativamente às respostas a todas as reclamações em 10 dias úteis (*indicador interno*) ocorreu uma ligeira descida na percentagem global, situando-se nos 93% na globalidade das respostas e atingindo os 100% relativamente às respostas escritas a reclamações escritas.



A análise referente ao tipo de reclamações recebidas a sua afetação aos diferentes departamentos será analisada e discutida na próxima Revisão do Sistema de Gestão.

9.4. Avaliação da Satisfação dos clientes

Foram feitas duas campanhas de inquéritos para avaliação da satisfação dos clientes. Em ambas foi utilizado o modelo de inquérito dos anos anteriores. A primeira, iniciada no final de 2010 e terminada no 1º semestre de 2011, foi feita, também como nos anos anteriores, os inquiridos foram, na quase totalidade os clientes que utilizam a loja de atendimento. A segunda os inquiridos foram fundamentalmente os clientes com email.

Em relação ao 1º semestre verifica-se uma diminuição em cerca de 8% da taxa de *clientes satisfeitos*, relativamente ao ano anterior.

Quanto ao 2º semestre verificou-se uma melhoria de 8% relativamente a 2010.

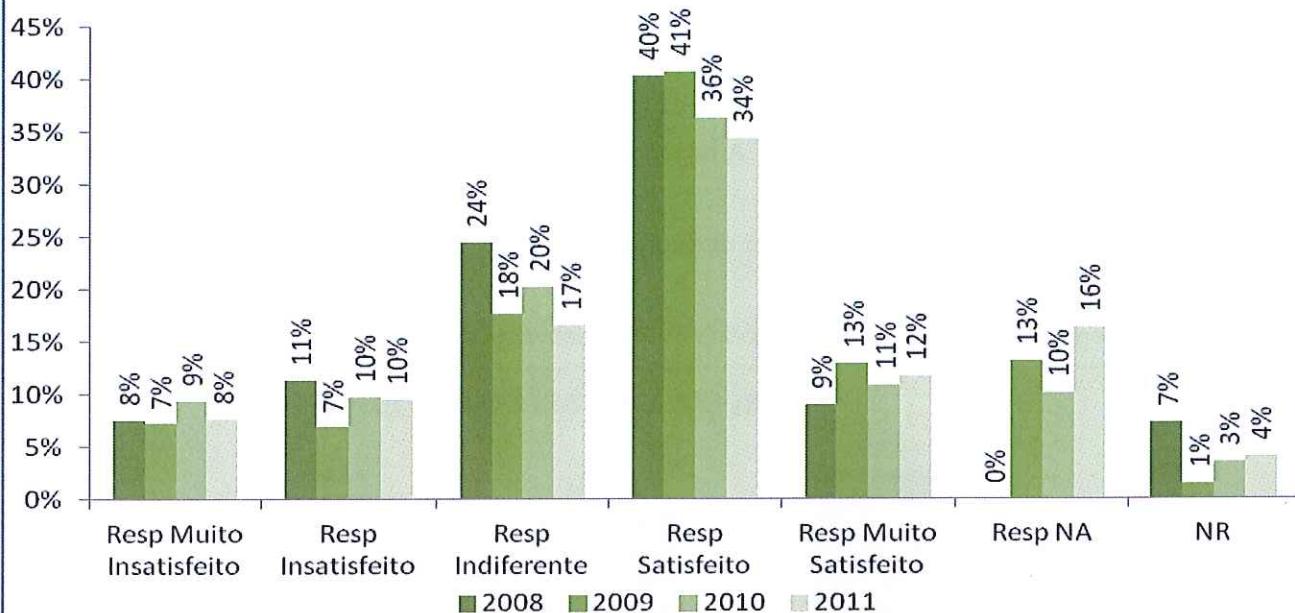


Relativamente à *satisfação média do serviço* (resultado médio de todas as questões), verifica-se a mesma tendência de descida, um pouco mais acentuada (10%), já no segundo semestre de 2011 verificou-se uma subida de cerca de 4.5% em relação a 2010.

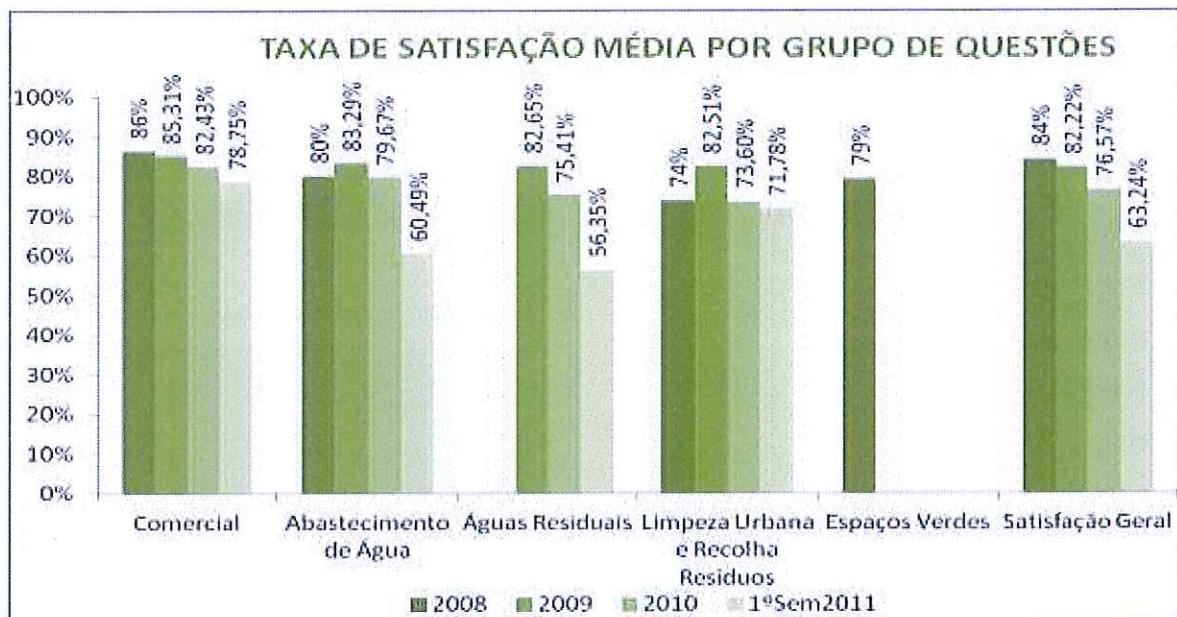


Na análise da variação do tipo de respostas, observa-se um acréscimo de 6% nos *insatisfeitos* e uma diminuição de 4% nos *indiferentes*. A percentagem de clientes *satisfeitos* mantém relativamente a 2010.

VARIAÇÃO DE RESPOSTAS



Na análise da taxa de satisfação média por grupo de questões, verifica-se um decréscimo global relativamente à satisfação global com a empresa (13%) assim como relativamente a todos os sectores. Note-se que os resultados apresentados são referentes ao 1º semestre de 2011, sendo os resultados finais apresentados na próxima reunião de Revisão do Sistema de Gestão.



Apesar da Avaliação de Satisfação de Clientes relativa à totalidade de 2011 não estar completamente finalizada verificou-se um aumento significativo do número inquéritos preenchidos pelos clientes relativamente a 2010, consequência do envio de mensagens eletrónicas a informar da disponibilização dos inquéritos no site da Taviraverde.

9.5. Avaliação de Fornecedores

O processo de avaliação dos fornecedores relativamente a 2011, encontra-se ainda a decorrer. No entanto, no registo do produto não conforme, as evidências apontam para um bom desempenho na generalidade dos fornecedores.

10. Atividades de Educação Ambiental

10.1. Dia Mundial da Água

No dia 22 de Março de 2011, celebrou-se o Dia Mundial da Água, tendo a empresa distribuído cerca de 2000 artigos, pelos Jardins Escolas e Escolas do 1º Ciclo. Em colaboração com o Município de Tavira, a Taviraverde participou nas atividades desenvolvidas durante este dia, na Mata de Santa Rita.



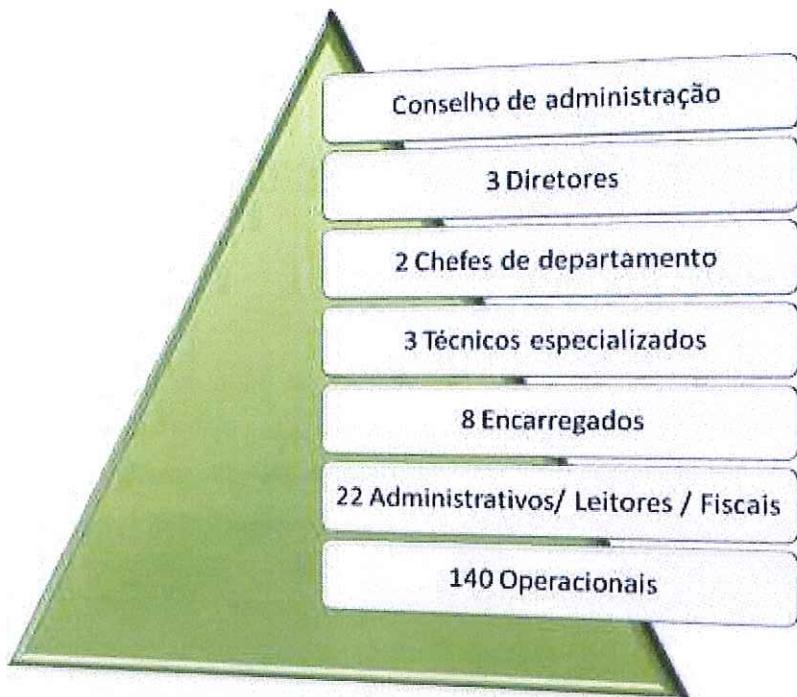
10.2. Dia Nacional da Água

No dia 1 de Outubro de 2010, Dia Nacional da Água, a Taviraverde participou numa Ação de sensibilização ambiental na Escola D. Manuel I, em Tavira. Fez-se uma apresentação sobre o ciclo da água, tratamento das águas residuais e resíduos sólidos urbanos. Também foi efetuada uma demonstração do equipamento de inspeção vídeo, e explicado o trabalho efetuado por este e com que finalidade.



11. Recursos Humanos

11.1. Modelo de organização da Taviraverde



Relativamente à estrutura organizativa da Taviraverde são ainda indicados o número de colaboradores afetos a cada Departamento.

Departamento	Nº de colaboradores
Conselho de Administração	2
Assessoria Jurídica	1
Departamento de Qualidade Ambiente e Segurança	2
Direção Administrativa e Financeira	19
Direção de Operações de Redes	21
Direção de Recolha, Limpeza e Jardins	115
Direção de Planeamento e Obras	8
Departamento de Manutenção de Equipamentos	12

11.2. Quadro de pessoal

A 31 de Dezembro de 2011 a Taviraverde, E.M. empregava 180 trabalhadores, dos quais 46 pertencem aos quadros do Município de Tavira.

Admitiram-se 14 trabalhadores por contrato sem termo e 10 por contrato a termo certo para fazer face à atividade sazonal de limpeza de praias.

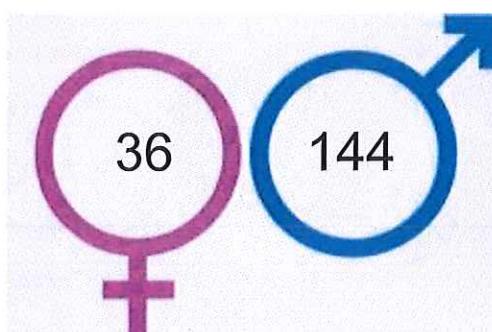
Verificaram-se 16 saídas (3 por aposentação, 1 por rescisão do contrato no período experimental, 5 por termo do contrato, 4 por rescisão de contrato por iniciativa do colaborador, 2 por abandono do posto de trabalho e 1 por cessação da cedência de interesse público, tendo o colaborador voltado a integrar os quadros da CMT).

A tabela seguinte representa a evolução do número de colaboradores (quadro Taviraverde e cedência de interesse público do Município de Tavira).

Período	Contratados	Cedência IP	Total
Fase de Instalação	1		1
31-03-2005	3		3
31-12-2005	35	49	84
31-12-2006	75	63	138
31-12-2007	95	62	157
31-12-2008	116	55	171
31-12-2009	122	53	175
31-12-2010	121	51	172
31-12-2011	134	46	180

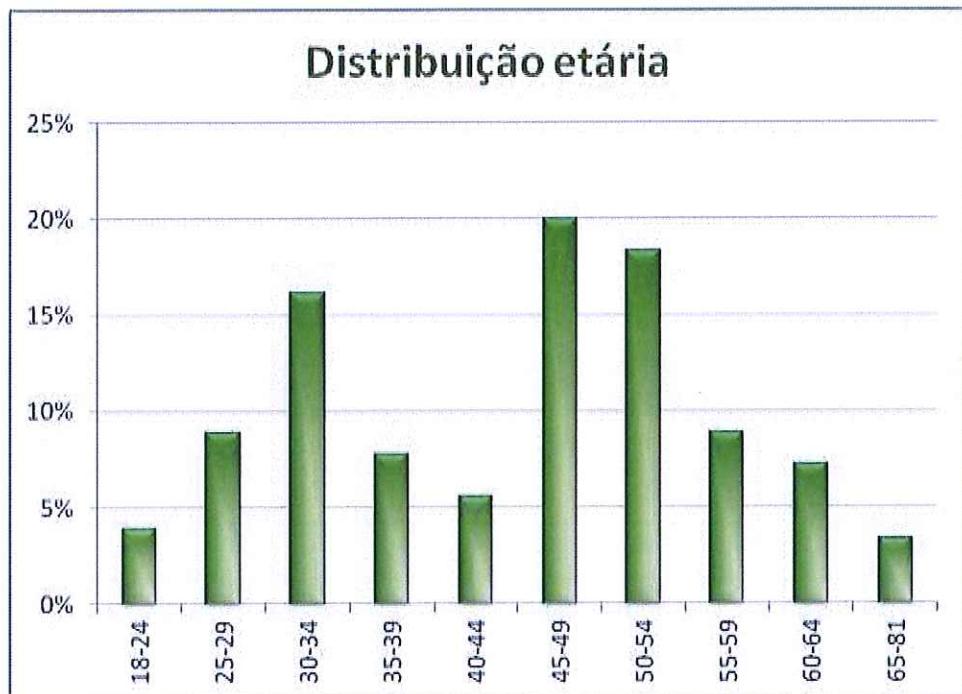
11.3. Distribuição de colaboradores por sexo

Dos colaboradores no ativo no final de 2011, o sexo masculino é o que tem maior representatividade com o total de 144, ou seja 80% dos colaboradores.



11.4. Distribuição dos trabalhadores por idades

Constata-se, pela observação do gráfico a seguir apresentado, que a maioria dos colaboradores tem mais de 44 anos de idade, sendo a maior percentagem (20%) registada entre os 45 e 49 anos.



11.5. Distribuição dos trabalhadores por habilitação

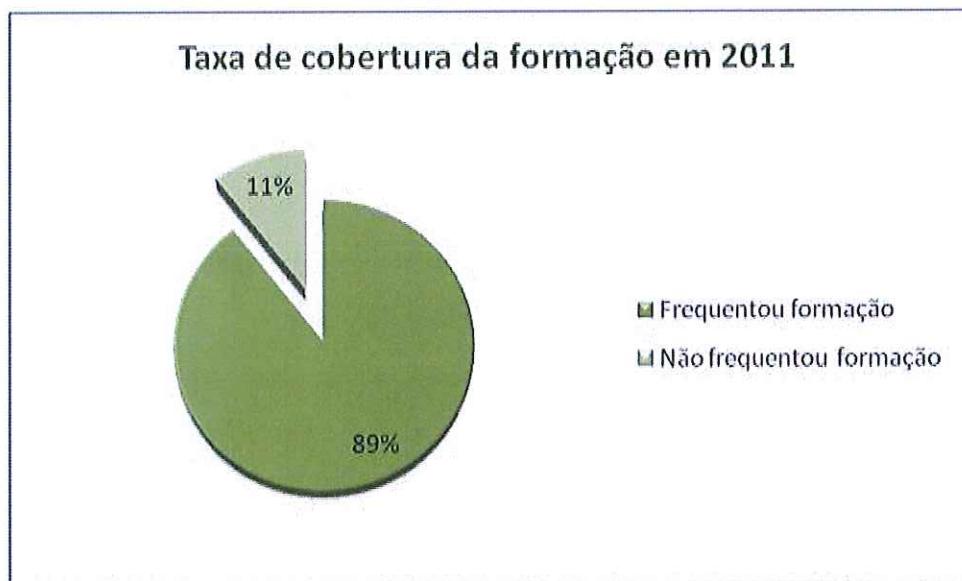
Pelo gráfico abaixo apresentado pode-se verificar o nível de escolaridade dos colaboradores da Taviraverde, sendo as maiores percentagens registadas no 1º e 3º Ciclo do Ensino Básico.



11.6. Formação

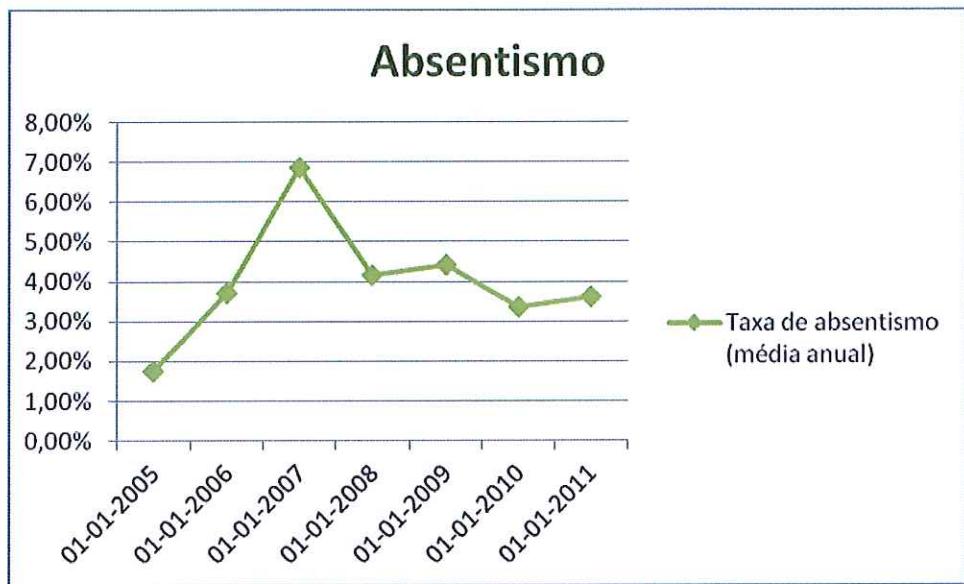
A Taviraverde tem procurado dotar o seu quadro de pessoal com colaboradores qualificados que contribuam para melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados. Neste sentido a empresa estabeleceu um protocolo de colaboração com a Escola Secundária 3EB Dr. Jorge Augusto Correia, de acordo com a Iniciativa Novas Oportunidades, para aumentar o nível de escolaridade dos seus colaboradores.

O Plano de Formação de 2011 contemplava 25 ações de formação e abrangia quase a totalidade dos colaboradores. O gráfico seguinte apresenta a taxa de cobertura da formação:

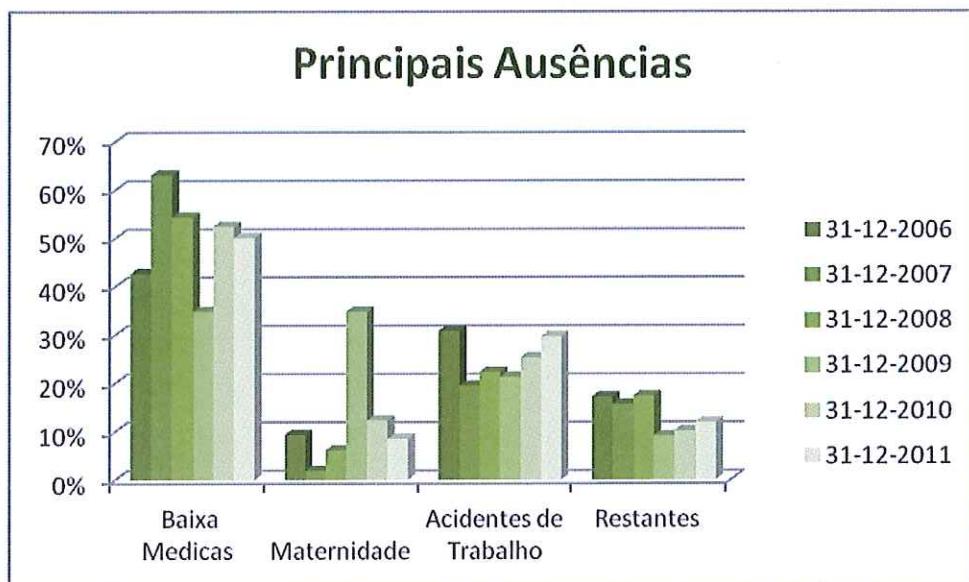


11.7. Absentismo

Em 2011 verificou-se uma ligeira subida na taxa de absentismo relativamente ao ano anterior, de acordo com o gráfico seguinte:



A referida subida deve-se essencialmente aos acidentes de trabalho e restantes faltas (nas quais se enquadram 94 dias de faltas injustificadas, 73 dias de faltas justificadas e 69 dias de pena por suspensão disciplinar), como podemos verificar no gráfico seguinte, compensou a diminuição nos restantes tipos de ausência (baixas médicas e maternidade)



11.8. Segurança e Higiene no trabalho

Em 2011 registaram-se dezoito acidentes de trabalho que deram origem a quinhentos e oito dias de baixa por acidente de trabalho. O departamento onde se verificam mais acidentes (88%) foi na DRLJ, seguido pela DOR e DME com (6%) cada.

Em 2011, verificaram-se os seguintes índices de controlo de acidentes de trabalho, que pioraram relativamente ao ano anterior:

Acidentes de trabalho	2010	2011
Índice de frequência	36	53
Índice de gravidade	1,45	1,91
Índice de incidência	67	98

De acordo com a tabela classificativa da Organização Mundial de Saúde as taxas de frequência de gravidade da empresa passaram da classificação de Bom para Médio.

11.9. Medicina do Trabalho

Em 2011 realizaram-se 156 consultas médicas no âmbito da medicina no trabalho. O gráfico seguinte representa as mesmas classificadas por tipo:



Durante o ano 2011 todos os colaboradores cumpriram o plano nacional de vacinação.

11.10. Benefícios sociais

- Oferta de Cabazes de Natal:
 - Foram entregues 189 cabazes
 - 180 a funcionários no ativo;
 - 3 a funcionários reformados;
 - 6 a funcionários de contratos a termo.

- Oferta de Natal aos filhos dos colaboradores com idade inferior a 12 anos:
 - Foram entregues 75 prendas.

● Seguros de Saúde:

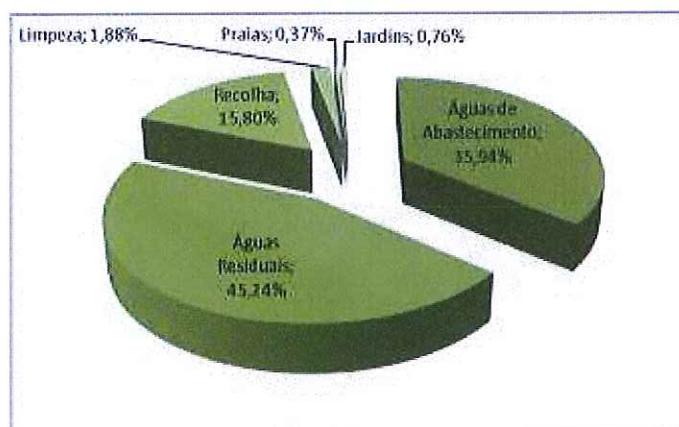
- Abrange 153 funcionários, que representam 85% dos colaboradores da empresa.

● Jantar de Natal

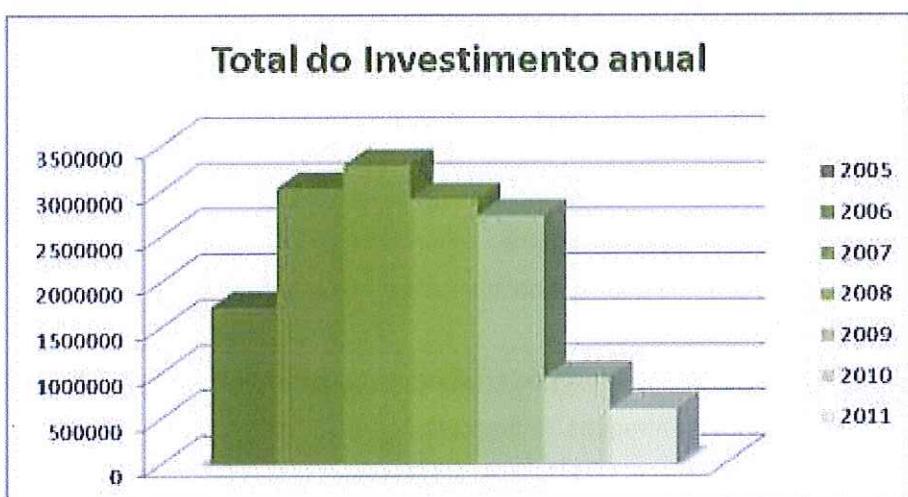
- A empresa organizou um jantar de Natal, ao qual compareceram 75% dos colaboradores

12. Investimento

A empresa fez um investimento total, no período 2005-2011, no valor de 15.173.332,48€, repartido pelas suas atividades, de acordo com o seguinte gráfico.



O ano em que se verificou o maior volume de investimento foi 2007, sendo o de menor foi 2011. No ano em referência, os principais investimentos referem-se a obras de redes de águas residuais e de abastecimento. Em 2011 ficou disponível a rede de saneamento de Amaro-Gonçalves – freguesia da Luz de Tavira e do Caminho do Meio- freguesia de Santiago Tavira. Também ficaram disponíveis a redes de águas de abastecimento: Morenos – freguesia de Santa Catarina; Barranco da Nora – freguesia de Santo Estevão; Sítio do Corgo e Corte António Martins - freguesia da Conceição.

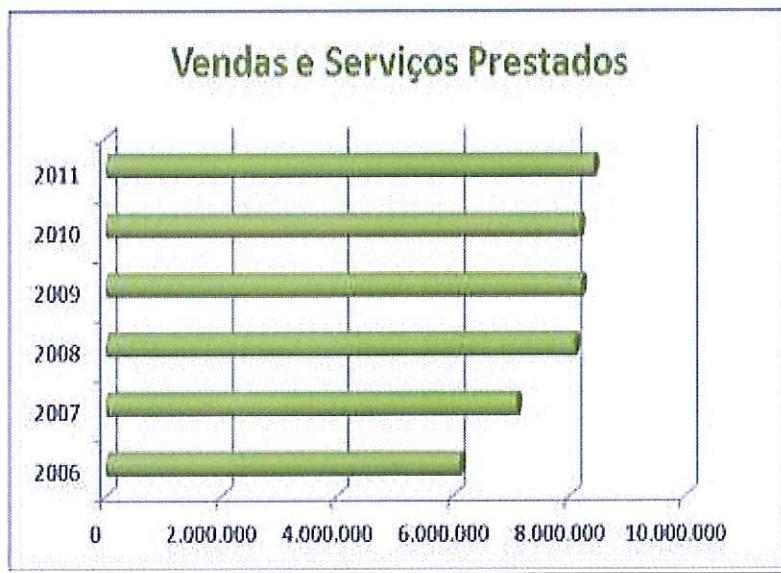


13. Rácios Económicos

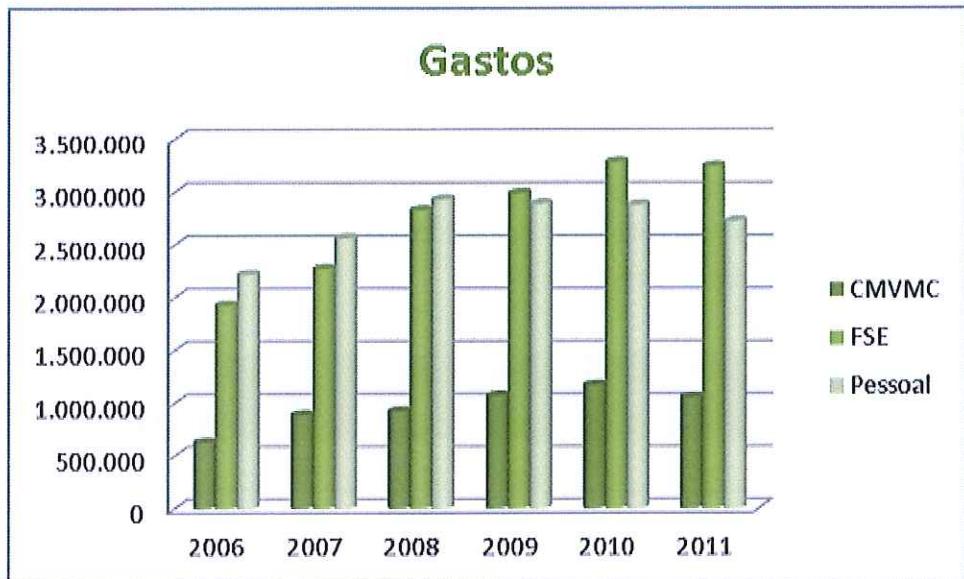
Em 2011 verificou-se uma ligeira melhoria nos rácios económicos, devido um aumento nos ganhos operacionais e simultaneamente uma diminuição nos gastos operacionais, a exceção foi o custo líquido de financiamento devido às alterações das taxas de juro.

RUBRICAS	Períodos	
	2011	2010
RÁCIOS ECONÓMICOS		
EBITDA	933.209	742.749
EBIT	556.495	326.624
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	0,49	0,45
RENDIBILIDADE OPERACIONAL DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	0,11	0,09
RENDIBILIDADE LÍQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	0,02	0,01
VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB)	4.043.254	3.631.849
CUSTO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	313.534	210.622

O volume de negócios da empresa teve uma evolução crescente ao longo dos anos, com a exceção do ano 2011, onde se verificou uma diminuição das vendas, devido à diminuição do consumo.



Os principais gastos operacionais acompanharam os ganhos até 2010, em 2011 verificou-se uma diminuição, como verificamos no quadro seguinte.



Os gastos com pessoal, têm vindo a diminuir desde 2009. Em 2011 verificou-se uma diminuição de 5% no gasto mensal por trabalhador, relativamente a 2006.



14. Ráios Financeiros

A Taviraverde tem um grau de endividamento elevado, por ter recorrido a capital alheio, para realizar o investimento, parte deste foi submetido a uma candidatura do POVT, tendo sido aprovado o financiamento, mas á presente data ainda não foi reembolsado qualquer valor. Em 2011 verificou-se uma melhoria nos presentes ráios, visto que os empréstimos de longo prazo já começaram a ser amortizados, com a exceção dos de liquidez, devido ao agravamento nos prazos médios de recebimentos.

RUBRICAS	Períodos	
	2011	2010
RÁCIOS FINANCEIROS		
AUTONOMIA FINANCEIRA	0,06	0,05
ENDIVIDAMENTO	0,94	0,95
ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO	0,24	0,21
COBERTURA DO ACTIVO NÃO CORRENTE	0,90	0,91
LIQUIDEZ GERAL	0,61	0,61
LIQUIDEZ REDUZIDA	0,61	0,61
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,06	0,12

15. Ráios Económico-financeiros

Também estes ráios começam a apresentar uma pequena melhoria em 2011.

RUBRICAS	Períodos	
	2011	2010
RÁCIOS ECONOMICO FINANCEIROS		
RENDIBILIDADE BRUTA DO ACTIVO (ROI)	0,07	0,05
RENDIBILIDADE LIQUIDA DO ACTIVO	0,013	0,005
RENDIBILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO	0,25	0,08

16. Ráios de Funcionamento

Por sua vez os ráios de funcionamento, apresentam um agravamento significativo. Com o aumento do prazo médio de recebimentos e também o aumento das dívidas incobráveis, pelo elevado número de empresas insolvente, fez com que a empresa não conseguisse cumprir com os seus prazos de pagamentos.

RUBRICAS	Períodos	
	2011	2010
RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO		
ROTAÇÃO DO ACTIVO	0,58	0,59
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS	59	44
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	141	51

Em 2012 a empresa, pretende cumprir o prazo médio de pagamentos de 60 dias, como o fez ao longo dos seus seis anos de existência. Para regularizar esta situação conta com os reembolsos da candidatura do POVT e com a diminuição os prazos recebimentos dos clientes, em especial o Estado.

Proposta de aplicação de resultados



As contas respeitantes ao exercício de 2011, conduziram a um resultado positivo de 173.616,99 € para o qual o Conselho de Administração propõe a transferência para resultados transitados.

Agradecimentos

O Conselho de Administração da Taviraverde quer agradecer a todos os que contribuíram para os bons resultados da empresa no ano de 2011, designadamente:

- Aos Clientes;
- Aos Colaboradores;
- Aos Titulares dos Órgãos Sociais;
- Aos Acionistas;
- Aos Fornecedores;
- Aos Bancos;
- Às Entidades Reguladoras

Tavira, 20 de Março de 2012

O Conselho de Administração



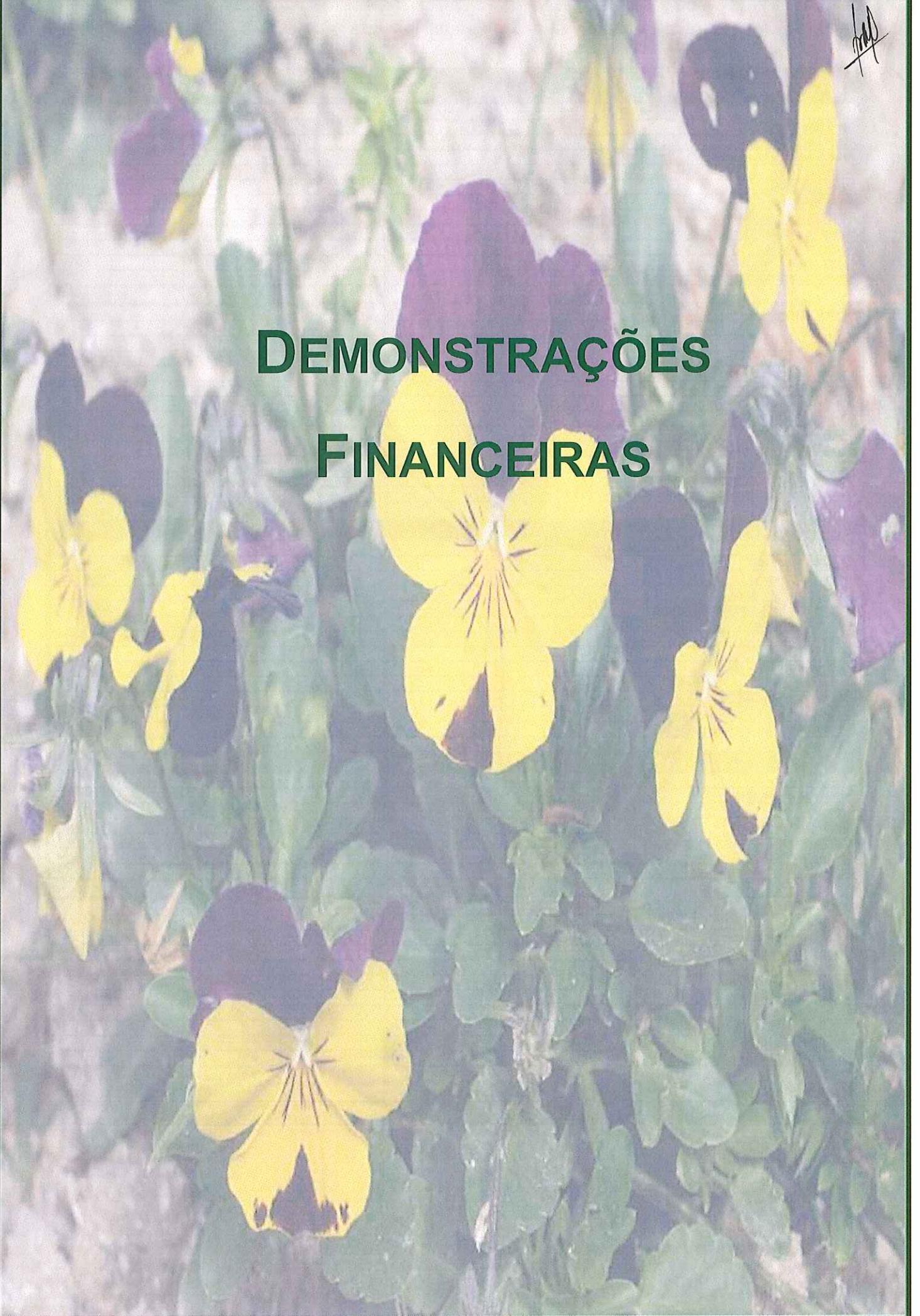
Jorge Manuel Nascimento Botelho
(Presidente)



António Manuel Dias Chaves Ramos
(Administrador)



António Manuel Guerreiro Salgado
(Administrador)



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

1. Balanço

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2011	2010
ACTIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis		12.329.874,16	12.083.744,86
Propriedades de Investimento			
Goodwill			
Ativos Intangíveis		48.146,43	68.963,60
Ativos Biológicos			
Partes Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial			
Partes Financeiras - Outros Métodos			
Acionistas/Sócios			
Outros Ativos Financeiros		500,00	500,00
Ativos por Impostos Diferidos			
		12.378.520,59	12.153.208,46
Ativo Corrente			
Inventários		657,95	939,93
Ativos Biológicos			
Clientes		1.479.031,22	1.080.617,54
Adiantamentos a Fornecedores			
Estado e Outros Entes Públicos		196.909,15	98.245,74
Acionistas/Sócios			
Outras Contas a Receber		21.451,54	19.651,10
Deferimentos		124.805,03	133.430,66
Ativos Financeiros detidos para negociação			
Outros Ativos Financeiros			
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda			
Caixa e Depósitos Bancários		189.136,87	328.124,62
		2.011.991,76	1.661.009,59
TOTAL DO ACTIVO		14.390.512,35	13.814.218,05
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado		50.000,00	50.000,00
Ações (quotas) Próprias			
Outros Instrumentos de Capital Próprio		246.103,50	246.103,50
Prémios de Emissão			
Reservas Legais		10.000,00	10.000,00
Outras Reservas			
Resultados Transitados		142.257,60	79.743,75
Ajustamentos em Ativos Financeiros			
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações no Capital Próprio		246.934,10	252.530,65
Resultado Líquido do Exercício		173.616,99	65.396,22
interesses minoritários			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		868.912,19	703.774,12
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões		287.072,95	1.870,49
Financiamentos Obtidos		9.418.341,66	10.367.393,65
Responsabilidades Pós-Emprego			
Passivos por Imposto Diferidos		127.208,54	
Outras Contas a Pagar		389.591,06	
		10.222.214,21	10.369.264,14
Passivo Corrente			
Fornecedores		1.955.298,56	788.587,05
Adiantamento de Clientes			
Estado e Outros Entes Públicos		154.532,99	125.537,81
Acionistas/Sócios			
Financiamentos Obtidos		475.000,00	469.500,00
Outras Contas a Pagar		401.686,34	1.227.463,38
Diferimentos		312.868,06	130.091,55
Passivos Financeiros detidos para negociação			
Outros Passivos Financeiros			
Passivos Não Correntes Detidos para Venda			
		3.299.385,95	2.741.179,79
TOTAL DO PASSIVO		13.521.600,16	13.110.443,93
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		14.390.512,35	13.814.218,05

Técnica Oficial de Contas

Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
 Presidente - Jorge Manuel Nascimento Botelho
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - António Manuel Guerreiro Salgado

2. Demonstração de resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e Serviços Prestados		8.401.928,54	8.162.404,48
Subsídios à Exploração		0,00	0,00
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos		0,00	0,00
Variação de Inventários na Produção		0,00	0,00
Trabalhos Para a Própria Empresa		65.314,58	78.813,87
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias consumidas		-1.051.409,66	-1.170.212,58
Fornecimentos e Serviços Externos		-3.241.949,88	-3.281.528,71
Gastos com o Pessoal		-2.721.585,90	-2.877.439,85
Ajustamentos de Inventários		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber		-158.022,42	-57.246,77
Provisões		-285.202,46	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / Reduções de Justo Valor		0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos		33.881,28	34.133,13
Outros Gastos e perdas		-109.745,40	-146.174,42
Resultado antes de Depreciações, gastos de financiamento e impostos		933.208,68	742.749,15
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações		-376.713,47	-416.124,71
Imparidade de Investimento depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		556.495,21	326.624,44
Juros e rendimentos similares obtidos		1.400,35	1.240,77
Juros e rendimentos similares Suportados		-314.934,22	-211.862,92
Resultado antes de impostos		242.961,34	116.002,29
Imposto sobre o rendimento do período		-69.344,35	-50.606,07
Resultado Líquido do Exercício		173.616,99	65.396,22

Técnica Oficial de Contas

Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração

Presidente - Jorge Manuel Nascimento Botelho

Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos

Vogal - António Manuel Guerreiro Salgado

3. Demonstração das Alterações de Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas				
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	7	50.000	0	246.104	0	10.000	0	0	252.531	79.744	65.396
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	-										703.774
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										0	0
Alterações de políticas contabilísticas										0	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0	0
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										0	0
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	8									0	-8.480
Adjustamentos por impostos diferidos	9									0	-8.480
Outras alterações, reconhecidas no capital próprio										0	-8.480
Realizações de capital	10=8+9	0	0	0	0	0	0	0	-5.597	62.514	-65.397
Realizações de prémios de emissão									0	-5.597	-8.480
Distribuições									0	173.617	173.617
Entradas para cobertura de perdas									0	0	0
Outras operações									0	165.137	165.137
OPERACÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									0	0	0
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	11										
Constituição da Reserva legal									0	0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados	12								0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	1+12	50.000	0	246.104	0	10.000	0	0	246.934	142.258	173.616
										888.912	0
										888.912	0

Conselho de Administração
 Presidente - Jorge Manuel Nascenteiro Botelho
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - António Manuel Guerreiro Saigão

Técnica Oficial de Contas
 Cecília Maria Mendonça Barros

ESCRITÓRIO		Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Financellos	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO																	
2010		1	50.000		246.104	10.000				391.102	-43.029	122.773	776.949				
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização de ativos líquidos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
2																	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		3															
RESULTADO EXTENSIVO		4=2+3															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
5																	
APLICAÇÃO DE RESULTADOS																	
Constituição da Reserva legal																	
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados																	
6																	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		7=1+2+3+5+6															
2010			50.000		246.104	10.000		0		252.531	79.744	65.396	703.774	703.774			

Conselho de Administração.
 Presidente - Jorge Manuel Nascimento Botelho
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Cecília Maria Mendonça Barros
 Vogal - António Manuel Guerreiro Salgado

44

4. Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	Periodos	
		2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de Clientes		7.772.276,20	8.656.407,55
Pagamento a Fornecedores		-3.338.558,20	-4.860.452,52
Pagamento ao Pessoal		-2.580.306,43	-2.671.113,18
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		1.853.411,57	1.124.841,85
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		-63.654,42	
Outros Recebimentos/Pagamentos		-150.232,48	-10.757,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		1.639.524,67	1.114.084,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-550.983,61	-1.071.254,37
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiro			
Outros Ativos			
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiro			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		316,75	377,13
Dividendos			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-550.666,86	-1.070.877,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		238.000,00	1.599.900,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.181.551,99	-1.064.832,23
Juros e gastos similares		-284.293,57	-554.385,37
Redução de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-1.227.845,56	-19.317,60
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)			
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO			
		-138.987,75	23.889,85
		328.124,62	304.234,77
		189.136,87	328.124,62

Técnica Oficial de Contas

Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
 Presidente - Jorge Manuel Nascimento Botelho
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - António Manuel Guerreiro Salgado

5. Anexo

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que se apliquem a Empresa, em referência ao exercício de 2011.

1. Identificação da entidade

1.1. Designação da sociedade

A empresa foi constituída em 28 de Fevereiro de 2005 com a denominação Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.

1.2. Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua 25 de Abril, nº 1 – R/C Esq., 8800-347 Tavira

1.3. Natureza da actividade

A 1 de Março de 2005 a Empresa iniciou a sua actividade de gestão, exploração, manutenção e conservação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção construção e gestão de espaços públicos no Concelho de Tavira.

1.4. Designação da empresa-mãe

A Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente E.M. é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos e é detida em 51% pelo Município de Tavira .

1.5. Sede da empresa-mãe

A empresa-mãe tem a sua sede na Praça da República , 8800-951 Tavira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

Em 31 de Dezembro de 2011, a preparação das demonstrações financeiras foi efectuada de acordo o Sistema de Normalização Contabilista (SNC).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e adequada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e adequada.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior .

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As NCDF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCDF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

a) Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados na produção, prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método duodécimal utilizando as taxas mínimas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido

b) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis correspondem aos programas informáticos, com contrato de continuidade, e são registados ao custo de aquisição.

Os contactos de manutenção dos referidos Activos são contabilizados em gastos no exercício em que ocorrem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas mínimas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

c) Subsídios ao Investimento

Os subsídios recibidos a fundo pedido para financiamento de activos tangíveis, estão registados no balanço na rubrica: Outras Variações no capital próprio.

Mensalmente é calculada e transferida para a conta de outros rendimentos e ganhos do exercício, a quota parte do montante do subsidio através do processo da amortização durante a vida útil do activo.

d) Activos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

d.1) Passivos por Impostos Diferidos

Os Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal passivos da Empresa.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data do balanço e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

d.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 0,50% sobre o Lucro Tributável.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras.

a) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas adoptou-se o custo médio ponderado.

b) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

A imparidade é determinada com base nos critérios económicos tendo em conta a legislação em vigor.

c) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

d) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

e) Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

f) Rubricas dos Capitais Próprios

j.1) Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado a data das demonstrações financeiras.

j.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas, em espécie, pelo acionista de direito público, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

j.3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

j.4) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui (i) Resultados Transitados apurados de acordo com PCGA anteriores a 2010 e (ii) Ajustamentos efetuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

j.5) Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui os passivos por impostos diferidos de acordo com a alínea d) e os subsídios do governo de acordo com a alínea c).

g) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo nominal.

Estão registados os Empréstimos bancários e as locações Financeiras.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores das prestações acessórias dos acionistas de direito privado. As prestações acessórias foram reclassificadas do capital próprio para o passivo, de acordo com o artigo 24º dos estatutos da empresa e do art.º 210 do CSC.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

h) Outras Contas a Pagar

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

i) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

j) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

k) Trabalhos para própria Entidade

É contabilizada nesta rubrica a capitalização dos gastos de financiamento ocorridos durante a construção dos ativos.

l) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE- Subcontratos todos os custos debitados por terceiros referente a elaboração dos bens reversíveis.

m) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;

- 
- Juros de financiamentos em locação financeira;
 - Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a elaboração de ativos fixos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas de relevo para além das mencionadas no ponto 3.1.

3.3. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

✓ Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a empresa opera.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

a) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso a data das demonstrações.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2011	2010
Caixa	1.150 €	1.300 €
Depósitos à Ordem	187.987 €	326.825 €
	189.137 €	328.125 €

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não ocorreram, durante o ano, alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores conforme o preceituado na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros.

6. Partes Relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

a. Nome da empresa-mãe imediata

Municipio de Tavira

b. Nome da empresa-mãe controladora final

Municipio de Tavira

6.2. Remunerações do pessoal chave da gestão:

a) Total de remunerações:

	2011	2010
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	83.947,36 €	98.687,55 €
Total de benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00 €
Total de outros benefícios de longo prazo	0,00 €	0,00 €
Total de benefícios de longo prazo	0,00 €	0,00 €
Total de benefícios por cessação de emprego	0,00 €	0,00 €
Total de pagamentos com base em ações	0,00 €	0,00 €
Total de remunerações	83.947,36 €	98.687,55 €

b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados:

c) Total de benefícios pós-emprego:

d) Total de outros benefícios de longo prazo:

e) Total de benefícios por cessação de emprego:

f) Total de pagamentos com base em ações:

6.3. Transacções entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
Município Tavira	Fornecimento de Águas de Abastecimento, recolha de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos	Assistência Técnica
	Manutenção dos espaços verdes	Publicidade /ocupação via publica
	Limpeza das Praias	
	Limpeza Parque de Feiras Exposições	
	Limpeza Espaços Públicos	
	Limpeza de Fossa	
	Recolha de Monos	
	Recolha Resíduos Indiferenciados	
	Contratação com/sem colocação de contador	
	Desentupimento de coletores	
	Controlo de Pragas - Rhynchophorus Ferrugineus	
	Intervenção global nos espaços verdes parque das feiras e exposições	
Outras partes relacionadas		
AGS		Assistência Técnica
		Disponibilização de Serviços SIG
		Micro produção de energia
		Atualização de Base dados de Legislação
		Controlo Analítico ETAR's
		Análises físico-químicas e bacteriológicas de Águas Residuais
		Juros Prestações Acessórias
HIDURBE		Assistência Técnica
		Juros Prestações Acessórias

b) Transacções e saldos pendentes:

i) Quantia das transacções:

Partes Relacionadas		Vendas / Prestação de serviços	Compra de Bens e Serviços
Município Tavira	2011	1.319.331	213.704
	2010	1.090.163	210.163
	2009	1.124.910	208.832
AGS	2011	-	214.344
	2010	-	203.236
	2009	-	194.148
Hidurbe	2011	-	59.041
	2010	-	56.604
	2009	-	63.484

ii) Quantia dos saldos pendentes:



Partes Relacionadas	Anos	Contas a Receber	Contas a Pagar
Município Tavira	2011	887.350	-
	2010	415.583	-
	2009	1.093.285	-
AGS	2011	-	51.968
	2010	-	39.640
	2009	-	175.978
Hidurbe	2011	-	13.717
	2010	-	14.341
	2009	-	21.048

iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:

Não existem quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionadas com a quantia de saldos pendentes.

iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

Não existem gastos reconhecidos durante o período respeitantes a dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

7. Ativos Intangíveis

No Activo Intangível estão registados os programas informáticos com contratos de continuidade.

7.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Activos Intangíveis tem vida finita, em primeiro lugar dependem directamente da renovação do contrato de continuidade e em segundo do contrato da empresa, sendo neste caso o prazo maximo de vida útil será 20 anos.

b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas minimas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com

amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

-  c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro da alínea e) do presente parágrafo

- d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Activos Intangíveis estão reflectidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

- e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	01.01.2010	Aquisições	Transf	Alienações	Abates	31.12.2010	Aquisições	Transf	Alienações	Abates	31.12.2011
Custo											
Programas de Computadores	123.526	3.320	0	0	0	126.846	0	0	0	0	126.846
Em curso	4.150	0	0	0	0	4.150	0	0	0	0	4.150
	127.676	3.320	0	0	0	130.996	0	0	0	0	130.996
Amortizações / Imparidade			0								
Ativos Reversíveis	41.375	20.658	0	0		62.032	20.817				82.850
	41.375	20.658	0	0	0	62.032	20.817	0	0	0	82.850
Ativos Intangíveis	86.301	-17.338	0	0	0	68.964	-20.817	0	0	0	48.146

7.2. Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

8. Ativos Fixos Tangíveis

8.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

- a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

- b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

- c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	01.01.2010	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2010	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2011
Custo											
Terrenos e Recursos Naturais	7.700	0	19.250	0	0	26.950	6.800	3.300	0	0	37.050
Edifícios e Outras Construções	6.567.443	79.970	143.905	0	0	6.791.318	50.031	0	0	0	6.841.349
Equipamento Básico	1.404.375	119.191	77.970	0	0	1.601.536	51.145	2.055		2.356	1.652.380
Equipamento Transporte	1.106.270	49.415	25.675	0	0	1.181.361	0	0	0	0	1.181.361
Equipamento Administrativo	294.605	4.262	0	0	0	298.866	7.132	0	0	820	305.179
Outros Ativos Fixos Tangíveis	136.226	12.460	3.300	0	0	151.986	1442	0	0	126	153.302
Em curso	3.979.124	689.376	-279.302	0	0	4.389.199	487.373	-5.355	0	0	4.871.216
	13.495.742	954.674	-9.201	0	0	14.441.215	603.923	0	0	3.302	15.041.836
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	453.489	167.248				620.737	170.121				790.858
Equipamento Básico	439.395	95.586				534.981	100.501				635.483
Equipamento Transporte	815.488	99.986				915.474	54.112				969.586
Equipamento Administrativo	190.435	19.598				210.033	17.804				227.837
Outros Ativos Fixos Tangíveis	63.196	13.049				76.245	11.954				88.199
	1.962.003	395.467	0	0	0	2.357.470	354.492	0	0	0	2.711.962
Ativos tangíveis	11.533.739	559.207	-9.201	0	0	12.083.745	249.431	0	0	3.302	12.329.874

8.2. Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Existe um ativo fixo tangível dado como garantia de passivos – Lote para construção do Edifício Sede no valor de 201.400 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo na C. C. Agrícola para aquisição do referido lote.

8.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

8.4. Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

9. Locações

9.1. Locações financeiras — locatários:

A Taviraverde, à data de 31 de Dezembro de 2011, contabiliza 25 contratos de locação financeira. Estes contratos encontram-se registados no balanço, como activos tangíveis em contrapartida de financiamentos obtidos, pelo valor do bem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas mínimas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os juros são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica Gastos e Perdas Financeiras.

- a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo
- b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente
- c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos
 - i) Não mais de um ano;
 - ii) Mais de um ano e não mais de cinco anos;
 - iii) Mais do que cinco anos
- d) Rendas contingentes reconhecidas no resultado do período
- e) Descrição geral dos acordos de locação significativos incluindo (pelo menos) o seguinte
 - i) Base pela qual é determinada a renda contingente a pagar
 - ii) Existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento
 - iii) Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação

Contratos	Bens	Data do contrato	Prazo Contrato	Tipo Investimento	valor bem	Amortizações Acumuladas	Valor Contabilístico	Valor em dívida	Rendas Pagas 2011	Opção de Compra	base de cálculo das tendas
Millennium - CLF nº 400045406	Contentores Enterrados	01-06-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	69.670	13.063	56.607	35.185	6.811	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400047815	Contentores Enterrados	25-07-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	126.840	23.783	103.058	65.070	12.375	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400049739	Contentores Enterrados	07-09-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	118.459	22.211	96.248	62.608	11.499	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400050064	Contentores Enterrados	07-09-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	149.181	27.971	121.210	78.845	14.481	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400051292	Contentores Enterrados	25-10-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	61.599	11.550	50.049	33.037	5.965	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400053224	Contentores Enterrados	07-12-2006	120 meses	Edif. e Outras Const.	116.742	21.889	94.853	64.393	11.246	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400055441	Contentores Enterrados	15-01-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	76.179	14.284	61.895	42.593	7.319	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400055442	Contentores Enterrados	15-01-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	25.983	4.872	21.111	14.528	2.496	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400056726	Contentores Enterrados	15-02-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	90.759	17.017	73.742	51.429	8.697	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059266	Contentores Enterrados	07-04-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	74.617	13.991	60.626	43.398	7.112	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059323	Viatura Pesada Man 4x4	07-08-2007	48 meses	Equip. Transporte	64.786	44.270	20.516	12.461	2.011	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059725	Contentores Enterrados	01-05-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	21.153	3.878	17.275	0	11.038	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400066424	Contentores Enterrados	25-09-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	8.071	1.345	6.726	4.990	759	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400068288	Contentores Enterrados	15-10-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	40.563	6.591	33.972	25.371	3.802	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400068289	Contentores Enterrados	15-10-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	14.490	2.355	12.135	9.063	1.358	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400070322	Contentores Enterrados	15-11-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	11.403	1.805	9.598	7.214	1.066	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400070342	Contentores Enterrados	15-11-2007	120 meses	Edif. e Outras Const.	42.306	6.698	35.608	26.766	3.955	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400075474	Contentores Enterrados	01-04-2008	120 meses	Edif. e Outras Const.	34.054	4.682	29.372	22.752	3.139	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400079507	Contentores Enterrados	19-06-2008	120 meses	Edif. e Outras Const.	25.983	3.248	22.735	17.900	2.375	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400081298	S. Detecção de Níveis de Enchimento de contentores	01-09-2008	60 meses	Equip. Básico	39.541	11.533	28.008	7.453	9.836	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400081252	Viatura Pesada Man TGM RSU's	01-09-2008	48 meses	Equip. Transporte	128.614	60.020	68.594	24.243	31.994	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400085188	S. Detecção de Níveis de Enchimento de contentores	01-01-2009	60 meses	Equip. Básico	39.541	9.885	29.656	16.966	7.688	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400086068	S. Detecção de Níveis de Enchimento de contentores	25-02-2009	60 meses	Equip. Básico	5.522	1.323	4.199	2.455	1.071	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400086431	S. Detecção de Níveis de Enchimento de contentores	07-03-2009	60 meses	Equip. Básico	52.722	12.082	40.640	24.569	10.166	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400086506	S. Detecção de Níveis de Enchimento de contentores	25-03-2009	60 meses	Equip. Básico	12.885	2.953	9.932	6.006	2.485	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400094251	Viatura Comercial Ligeiro Mercedes-Benz	15-03-2010	60 meses	Equip. Transporte	19.415	4.449	14.966	12.753	3.637	Sim	Taxa Juro Nominal

10. Custos de empréstimos obtidos

10.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se descrita na alínea k) do parágrafo 3.1.

10.2. Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

Durante o período foram capitalizados custos dos empréstimos das obras em curso no valor de 65.314,58€.

10.3. Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

A quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização é determinada da seguinte forma:

- Gastos com empréstimo, contraídos especificamente para financiar os ativos em construção;
- Foi aprovada a candidatura do POVT, para financiamento de algumas destas obras, sendo deduzidos os gastos dos empréstimos para efeito de capitalização em 50%.

As percentagens são calculadas mensalmente de acordo com a utilização dos empréstimos, em 31 de Dezembro eram as seguintes:

- Empréstimo BCP – 100%
- Empréstimo BES – 73%

11. Inventários

11.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea e) do parágrafo 3.1.

11.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:



Inventários	2011	2010
Mercadorias	657,95 €	939,93 €
Matérias-primas	0	0
	657,95 €	939,93 €

11.3. Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (no caso de corretores/ negociantes)

Não aplicável

11.4. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Inventários	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Existências em 01-01-2010	1.033,92 €	0	1.033,92 €
Compras	1.436.046,26 €	0	1.436.046,3 €
Regularização Existências	-267.807,17 €	0	-267.807,17 €
Existências em 31-12-2010	939,99 €	0	939,99 €
Gasto do Exercício	1170213 €	0	1170213 €
Existências em 01-01-2011	939,99 €	0	939,99 €
Compras	1.288.363,91 €	0	1.288.363,9 €
Regularização Existências	-238.552,19 €	0	-238.552,19 €
Existências em 31-12-2011	657,95 €	0	657,95 €
Gasto do Exercício	1.051.409,66 €	0	1.051.409,7 €

12. Rédito

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea n) do parágrafo 3.1.


12.2. Quantia de cada categoria significativa de crédito reconhecida durante o período incluindo o crédito proveniente de:

a) Venda de bens

Vendas	2011	2010
Venda de água	1.845.992,16 €	1.852.125,77 €

b) Prestação de serviços

Prestações de Serviços	2011	2010
Águas de Abastecimento	1.014.632,01 €	1.283.918,82 €
Aguas Residuais	2.087.572,20 €	1.410.148,67 €
Recolha de Resíduos e Limpeza	2.549.201,62 €	2.754.989,15 €
Espaços Verdes e Lagos	904.530,55 €	861.222,07 €

c) Juros

Juros	2011	2010
Juros Cobrança Fora de prazo	980,32 €	580,69 €

13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

13.1. Divulgações para cada classe de previsão:

a) Quantia escriturada no começo e no fim do período;

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para processos judiciais em curso	1.840,49 €	285.202,46 €	0,00 €	287.042,95 €
Total de Ajustamentos	1.840,49 €	285.202,46 €	0,00 €	287.042,95 €

14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

14.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras:

As políticas contabilísticas adotadas para os subsídios do governo encontram-se descritas na alínea c) do parágrafo 3.1.

14.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecido nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Obras Financiadas	Programa	Valor da candidatura	Valor Recebido
Abastecimento de águas, drenagem e tratamento de águas residuais no Sítio dos Estorninhos	Proalgarve (200-2006)	228.000,00 €	151.620,63 €
Abastecimento de águas, drenagem e tratamento de águas residuais no Sítio e Sistema Adutor - Porto Carvalho	Proalgarve (200-2006)	375.340,00 €	241.673,55 €

15. Acontecimentos após a data do balanço

15.1. Autorização para emissão

- a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 31 Março de 2011.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

- b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do artº 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios

15.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

15.3. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;**
b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).


 Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que não tenham dado lugar a ajustamentos.

16. Imposto sobre o rendimento

16.1. Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

- a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes**

Imposto	2011	2010
IRC do ano	-69.344,35 €	-50.606,07 €
Imposto Corrente	-69.344,35 €	-50.606,07 €

16.2. Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

Obras Financiadas	saldo inicial	Passivo ID no exercício	Passivos por ID 31-12-2012
Abastecimento de águas, drenagem e tratamento de águas residuais no Sítio dos Estorninhos	146.631,99 €	3.233,40 €	48.755,52 €
Abastecimento de águas, drenagem e tratamento de águas residuais no Sítio e Sistema Adutor - Porto Carvalho	235.990,21 €	5.246,16 €	78.453,02 €
Total	382.622,20 €	8.479,56 €	127.208,54 €

16.3. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s);ou**
- b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável**



	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes de impostos	242.961,34 €	116.002,29 €		
<u>Variações patrimoniais</u>				
Taxa de imposto sobre rendimento	26,5%	26,5%		
	64.384,76 €	30.740,61 €	26,50%	26,50%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
IRC	0,00 €	44.036,97 €		
Multas, coimas, juros compensatórios	115,00 €	300,00 €		
Correções Relativas a exercícios anteriores	908,52 €	0,00 €		
Indemnizações por eventos seguráveis	0,00 €	0,00 €		
Outros	0,00 €	0,00 €		
	1.023,52 €	44.336,97 €	0,42%	38,22%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Mais-valias contabilísticas	100,00 €	4.001,00 €		
Excesso da estimativa para impostos	0,00 €	0,00 €		
	100,00 €	4.001,00 €	0,04%	3,45%
<u>Lucro tributável</u>	243.884,86 €	156.338,26 €		
Taxa de imposto sobre rendimento	12,5%	12,5%		
Taxa de imposto sobre rendimento	25,0%	25,0%		
Imposto calculado	59.408,72 €	37.522,07 €	24,45%	32,35%
Derrama	1.219,42 €	1.876,06 €	0,5%	1,6%
Tributação autónoma	11.599,20 €	11.207,97 €	4,8%	9,7%
Imposto sobre o rendimento	72.227,34 €	50.606,10 €	29,73%	43,63%

16.4. Explicação de alterações na taxa (s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

A taxa de derrama (0,5%) para o ano 2011 não sofreu alterações relativamente ao ano anterior.

17. Instrumentos financeiros

17.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea f) – Clientes
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea l) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea m) – Fornecedores

17.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros	2011	2010
Clientes	1.479.011,22 €	1.080.617,54 €
Caixa e depósitos bancários	189.136,87 €	328.124,62 €

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2011	2010
Clientes gerais	652.650,41 €	871.339,50 €
Estado	32.408,65 €	13.159,55 €
Clientes Caução	-185.274,28 €	-172.086,44 €
Clientes por acréscimo	-71.509,30 €	-77.605,93 €
Clientes partes relacionadas		
Acionista Publico	887.349,95 €	415.582,58 €
Clientes em imparidade	418.881,46 €	127.681,53 €
Clientes perdas imparidade acumuladas	-255.475,67 €	-97.453,25 €
	1.479.031,22 €	1.080.617,54 €

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:



	Imparidade
Saldo em 01.01.2010	40.743,95 €
Reforço do ano	66.178,76 €
Utilizações	0,00 €
Reversões	-9.469,46 €
Saldo em 31.12.2010	97.453,25 €
Reforço do ano	246.575,90 €
Utilizações	
Reversões	-88.553,48 €
Saldo em 31.12.2011	255.475,67 €

b) Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo

Não aplicável

c) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade

Não aplicável

d) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados

Não aplicável

e) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2011	2010
Passivos não correntes		
Financiamento Obtidos	9.418.341,66 €	10.367.393,65 €
Outras contas a pagar	389.591,06 €	
Passivos Correntes		
Financiamento Obtidos	475.000,00 €	469.500,00 €
Fornecedores	1.955.298,56 €	788.587,05 €
Outras contas a pagar	401.686,34 €	1.227.463,38 €

O detalhe dos financiamentos correntes e não correntes e respetivas condições são os indicados no quadro seguinte:



Financiamento Obtidos	2011	2010
Não correntes		
Empréstimo Bancário BCP	4.537.500,00 €	5.293.750,00 €
Condições	Euribor 6m+0,7%	Euribor 6m+0,7%
Empréstimo Bancário CA	187.980,74 €	196.401,19 €
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Empréstimo Bancário BES	2.200.000,00 €	2.200.000,00 €
Condições	Euribor 3m+2%	Euribor 3m+2%
Suprimentos	1.780.809,60 €	1.780.809,60 €
Condições	Euribor 6m	Euribor 6m
Iotações Financeiras	712.051,32 €	896.432,86 €
Condições	Euribor 1m+0,8%	Euribor 1m+0,8%
	Euribor 1m+2,1%	Euribor 1m+2,1%
	Euribor 1m+2,25%	Euribor 1m+2,25%
	Euribor 1m+3%	Euribor 1m+3%
Correntes		
Empréstimo Bancário BES	475.000,00 €	469.500,00 €
Condições	Euribor 3m+4,5%	Euribor 3m+3%

- f) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea b) deste ponto.

17.3. Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

17.4. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

17.5. Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento	2010	2010
<u>Ganhos</u>	-	-
Juros obtidos	420,03 €	509,36 €
Juros de mora	980,32 €	580,69 €
Outros	0,00 €	150,72 €
	1.400,35 €	1.240,77 €
<u>Perdas</u>	-	-
Juros de financiamento obtidos	-266.672,81 €	-199.082,50 €
Juros de derivados financeiros	0,00 €	0,00 €
Juros de mora	-44.189,91 €	-8.208,64 €
Comissões e despesas com financiamento	-1.222,96 €	-1.704,07 €
Outros	-2.848,54 €	-2.867,71 €
	-314.934,22 €	-211.862,92 €
	-313.533,87 €	-210.622,15 €

17.6. Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 17.2

Instrumentos de capital próprio:

17.7. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 50.000€ e encontra-se totalmente realizado

17.8. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 10.000 de ações nominativas com valor nominal de 5 € cada.

17.9.

17.10. Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

17.11. Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

17.12. Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço

Não foram emitidos outros instrumentos de capital no período.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

18.1. Divulgação exigida pelo nº 1 do artº 66 – A do CSC

Natureza e o objetivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respetivo impacte financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacte financeiro ou riscos e benefícios.

18.2. Divulgação exigida pelo nº 2 do artº 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria

	2011	2010
Honorários pela Revisão Legal de Contas	6.503,52 €	6.503,52 €

19. Outras informações

19.1. Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2011	2010
Saldos a Receber	-	-
Impostos sobre Rendimento Coletivo	42.334,69 €	29.196,07 €
Taxa de Recursos Hídricos	54.383,93 €	65.839,69 €
Imposto sobre Valor Acrescentado	100.190,53 €	3.209,98 €
	196.909,15 €	98.245,74 €
Saldos a Pagar	-	-
Impostos sobre Rendimento Coletivo	-72.227,36 €	-11.645,42 €
Retenção Imposto sobre Rendimento	-14.698,47 €	-50.606,07 €
Imposto sobre Valor Acrescentado	-22.454,04 €	-20.071,75 €
Imposto de Selo		0,00 €
Segurança Social	-45.153,12 €	-43.214,57 €
	-154.532,99 €	-125.537,81 €
	42.376,16 €	-27.292,07 €

19.2. Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer descrimina-se da seguinte forma:

Diferimentos	2011	2010
Seguros	-5.755,92 €	1.523,07 €
Manutenção e Assistência	4.160,84 €	6.500,59 €
Stocks	126.360,11 €	125.338,91 €
Outros	40,00 €	68,09 €
	124.805,03 €	133.430,66 €

19.3. Contrato de Gestão

As atividades de manutenção dos espaços verdes e limpezas de praias, são efetuadas de acordo com os contratos de gestão celebrados com o município de Tavira e encontram-se registados na rubrica de Prestação de Serviços da demonstração de resultados

Contratos de Gestão	2011	2010
Contrato Programa de Gestão de Espaços Verdes	899.613,39 €	843.417,80 €
Contrato de Gestão de Limpeza de Praias	179.386,32 €	157.571,40 €

19.4. Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:



Fornecimento e Serviços Externos	2011	2010
Subcontratos	1.293.100,08 €	1.371.140,17 €
Trabalhos Especializados	1.160.088,42 €	1.156.951,09 €
Materiais	21.357,54 €	42.729,47 €
Energia e Fluidos	352.483,79 €	309.540,63 €
Deslocações Estadas e Transporte	1.267,90 €	2.406,85 €
Serviços Diversos	413.652,15 €	398.760,50 €
	3.241.949,88 €	3.281.528,71 €

19.5. Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2011	2010
Recuperação de Gastos	433,01 €	365,02 €
Ganhos em Imobilizações	100,00 €	4.001,00 €
Venda de energia	15.312,05 €	15.840,50 €
Correções relativas exercícios anteriores	5.500,00 €	
Excesso de estimativa para impostos		
Indemnizações por sinistro		
Outros	12.536,22 €	13.926,81 €
	33.881,28 €	34.133,33 €

19.6. Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2011	2010
Impostos	96.661,94 €	87.858,26 €
Gastos e perdas em Imobilizações	1.898,19 €	
Dividas Incobráveis	0,03 €	
Multas e outras penalidades		
Correções relativas exercícios anteriores	908,57 €	
Donativos		
Indemnizações por sinistro	2.103,54 €	2.285,42 €
Insuficiência de estimativa		44.036,97 €
Outros	8.173,13 €	11.993,77 €
	109.745,40 €	146.174,42 €

19.7. Candidaturas e Financiamentos

No ano de 2009, a Taviraverde apresentou candidatura a financiamento ao abrigo do PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (POVT), no valor de 7.029.189,91€, para fazer face aos investimentos nas áreas de águas de abastecimento e saneamento, com o objetivo de aumentar a taxa de cobertura destes serviços. Em 06-Outubro-2010, foi comunicada à Taviraverde a decisão favorável de financiamento com alterações e em 22-Setembro-2011 foi celebrado o Contrato de Financiamento, sendo os montantes aprovados os apresentados no quadro seguinte:

	Valores
Custo Total do Financiamento	7.092.189,91 €
Despesa não elegível	202.652,69 €
Despesa Total elegível	6.889.537,22 €
défice de Financiamento (%)	98,59%
Montante da Decisão	6.792.508,31 €
Despesa elegível não comparticipada	97028,91 €
Taxa de cofinanciamento	80,00%
Comparticipação Fundo de Coesão	5.434.006,65 €

19.8. Litígios e Contingências

Em 2010 e em 2011, a Taviraverde foi citada em ações propostas no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé pela empresa Águas do Algarve, SA relativas à faturação e cobrança de Consumos Mínimos de Saneamento ao abrigo Contrato de Recolha de Saneamento (anos de 2007, 2008, 2009 e 2010).

No processo relativo aos consumos mínimos de 2008 e 2009, o Tribunal Administrativo e Fiscal declarou-se incompetente, tendo sido interposto Recurso. O processo relativo aos valores de 2007 e 2010 encontra-se ainda pendente, tendo nele sido apresentada Contestação com pedido reconvencional relativo a custos suportados diretamente pela Taviraverde com a implementação local do sistema, de valor superior ao peticionado.

Pelas razões que foram descritas e desenvolvidas na Contestação, é entendimento da Taviraverde que não são devidas nem exigíveis a quantias reclamadas pela Águas do Algarve; considerando tratar-se de uma questão litigiosa, foi decidido constituir provisão relativa a estes processos, no valor de 279.821,40€.

Tavira, 20 de Março de 2012

O Técnico de Contas:

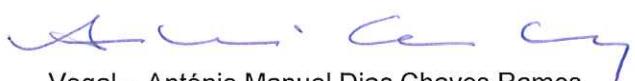


Cecília Maria Mendonça Barros

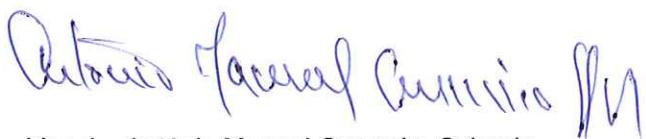
O Conselho de Administração



Presidente - Jorge Manuel Nascimento Botelho



Vogal – António Manuel Dias Chaves Ramos



Vogal – António Manuel Guerreiro Salgado



JM

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 14.390.512 euros e um total de capital próprio de 868.912 euros, incluindo um resultado líquido de 173.617 euros), a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos resultados por natureza e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo correspondente.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em julgamentos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Existe uma diferença entre as contas da empresa e o saldo reclamado pelo fornecedor Águas do Algarve SA de 3.344 mil euros, montante referente ao custo de consumos mínimos de tratamento de efluentes (incluindo juros de mora). Do diferendo, 2.497 mil euros encontram-se reclamados judicialmente, tendo a empresa constituído uma provisão para fazer face a estes processos no montante de 280 mil euros. Não é possível estimar ou prever o desfecho final desses processos judiciais em curso pelo que não estamos em condições de avaliar se a provisão constituída é suficiente para fazer face aos valores que eventualmente a empresa venha a pagar ao fornecedor.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.** em 31 de Dezembro de 2011, a alteração dos seus capitais próprios, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Tavira, 21 de Março de 2012

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda^o

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Srs. Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da TaviraVerde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa através do contacto regular com a administração, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais e estatutários, reflectindo fiel e claramente a evolução dos negócios, os problemas e perspectivas da Sociedade. Igualmente o Balanço, a Demonstração de Resultados Líquidos e o respectivo Anexo estão organizados conforme as disposições legais.

Os critérios valorimétricos adoptados constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e conduzem a uma correcta avaliação do património da empresa e dos resultados do exercício.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, bem como a reserva nela constante.

2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2011, bem como a proposta da aplicação de resultados, e que seja emitido um voto de confiança ao Conselho de Administração.

Tavira, 23 de Março de 2012

O Fiscal Único
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:
(João Miguel Pinto Galvão, ROC nº 587)

